

MESTRADO EM ENSINO DE HISTÓRIA NO 3.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E ENSINO SECUNDÁRIO

A Guerra Colonial - O olhar do jovem estudante português

Marta Afonso Pinto

M

2018



Marta Afonso Pinto

Guerra Colonial- O olhar do jovem estudante português

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientador e supervisor de Estágio, Professor Doutor Luís Alberto Marques Alves.

Orientadora de Estágio, Professora Sandra Nunes

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2018

Marta Afonso Pinto

Guerra Colonial- O olhar do jovem estudante português

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientador e supervisor de Estágio, Professor Doutor Luís Alberto Marques Alves.

Orientadora de Estágio, Professora Sandra Nunes

Membros do Júri

Professor Doutor Jorge Fernandes Alves

Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professor Doutor Gonçalo Maia Marques

Instituto Politécnico de Viana de Castelo

Professor Doutor Luís Alberto Marques Alves

Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Classificação obtida: 17 valores

“Um homem sem conhecimento
do seu passado histórico, origem
e cultura é como uma árvore sem
raízes.”

Bob Marley

Sumário

Agradecimentos	7
Resumo	9
Abstract	10
Introdução	11
Capítulo 1 – Enquadramento Teórico	16
1.1. A questão colonial portuguesa	16
1.2. Império Português	17
1.3. A recusa da descolonização	18
1.4. A guerra colonial	20
1.5. Movimentos de Libertação	23
1.6. Isolamento Internacional de Portugal	25
Capítulo 2. – Contexto e Metodologia do Estudo de Caso	28
2.1. Contextualização: Núcleo de Estágio (Escola)	28
2.2- Metodologia utilizada e caracterização da Amostra	33
2.2.1. Caracterização da Amostra	33
2.3. Estudo de caso: instrumentos de recolha de dados e fases da investigação.	36
Capítulo 3. – Análise dos Resultados anteriores à lecionação	38
3.1. Resultados da 1. ^a Fase do Questionário	38
Capítulo 4. – O plano de aula	47
4.1. - A aula sobre Guerra Colonial	50
Capítulo 5. - Análise dos Resultados posteriores à lecionação	56
5.1. - Resultados da 2. ^a Fase do Questionário	56
Considerações finais	64
Referências bibliográficas	67
Anexos	69

Índice de Anexos

Anexo 1-Inquérito	69
Anexo 2- Diapositivo: Sumário: A questão Colonial.....	71
Anexo 3 - Diapositivo: Poema de Agostinho Neto.....	71
Anexo 4 – Diapositivo: Como Salazar encarou o processo de Descolonização- vídeo.....	72
Anexo 5 e 6 – Diapositivo: Leitura de documento sobre a questão colonial: As diferentes perspetivas, utilizadas para o debate.....	72
Anexo 7 – Diapositivo: A Guerra Colonial	73
Anexo 8 – Diapositivo: Os movimentos de libertação	73
Anexo 9 – Diapositivo: Testemunho de um Soldado português que combateu em três frentes de guerra.....	73
Anexo 10 – Diapositivo: Os efeitos da Guerra Colonial.....	74

Declaração de honra

Declaro que o presente relatório é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Ass: Marta Afonso Pinto

Porto, 26 de setembro de 2018

Agradecimentos

Este relatório, além de um estudo, representa o culminar da minha jornada em Portugal, país que me acolheu de braços abertos, e a quem devolvo a minha profunda gratidão. Amei-o como se fosse meu país.

Sou muito grata a Deus pela força, pelo cuidado que me tem dado, principalmente em momentos críticos da minha vida, quando pensei em abandonar a faculdade.

Agradeço a Deus pela família que tenho, a quem sou muito grata, creio que sem eles não seria quem sou hoje. Sempre me incentivaram a seguir os meus sonhos, a lutar pelos meus ideais e sobretudo a ser feliz todos os dias.

Agradeço a minha avó Rebeca pelo amor e carinho, por me ter feito sentir sempre especial e por me contar e me incutir o gosto pela História.

Agradeço às minhas colegas de estágio Mariana Ventura e Joana Cardoso por todas as memórias que juntas criamos e pelos momentos bons e maus que pudemos viver e partilhar. Devo a elas uma profunda gratidão por todos momentos passados no *Norteshopping*. Por minha causa sacrificavam-se em fazer do Shopping, a nossa biblioteca, a nossa sala de estudo. Quando me relembro de tudo isso vêm-me as lágrimas aos olhos porque foi um ano particularmente difícil para mim, foi um ano onde tive que conciliar o estágio com o trabalho, o que me levou a um desgaste físico e emocional.

Nunca desisti de nada na minha vida, porque sempre acreditei que Deus dava as piores batalhas aos melhores soldados e como dizem que a fé move montanhas, aqui estou eu!

Agradeço especialmente a Mariana, pela sua amizade criada nestes dois anos, apesar de já nos conhecermos há 5 anos. Uma amiga que sempre se mostrou disponível para mim ao ponto de eu dormir várias vezes em sua casa e de me ir buscar à 1 da manhã

no trabalho para ir dormir na sua casa, porque no dia seguinte, às 7h tínhamos de estar a pé para ir ao Estabelecimento prisional de Custóias, onde também funcionava o nosso estágio.

Agradeço à professora Sandra Nunes por ter sido o exemplo de professora. Ficam nas memórias os seus discursos éticos aos alunos, sempre no sentido de fazer daqueles alunos os melhores seres humanos possíveis. Sempre levei os seus discursos como se fossem dirigidos a mim. Agradeço principalmente pela paciência que sempre demonstrou para connosco, sem falar da sua simplicidade que me fazia admirá-la mais.

Todas as pessoas desejam ser bons profissionais, mas nunca devemos esquecer que acima de tudo temos de ser bons seres humanos, num tempo em que a “Humanidade anda em extinção”.

Agradeço ao meu orientador Professor Doutor Luís Alberto por ser na minha vida o exemplo de pessoa. Professor Luís Alberto tem o poder de acalmar as pessoas com a sua postura, transmite a segurança de que tudo vai se resolver. Durante esses dois anos sempre vi ele, como, o meu pastor. Obrigado por me ter motivado.

Por último, não por menos importante, não deixaria de agradecer aos meus queridos e amados alunos, a quem sou profundamente grata pelo carinho com que sempre me trataram, me receberam de braços abertos quando no fundo sempre pensei que seria rejeitada por eles por ser uma professora negra. Eles me fizeram ver que o preconceito está na nossa cabeça.

Muito obrigado por terem confiado em mim. Estes meninos foram uma das melhores coisas da minha vida e espero um dia não perder os laços de amizade.

Agradeço à funcionária da Biblioteca da Escola Secundária João Gonçalves Zarco, Dona Ana, por me receber sempre com um sorriso, por me fazer sentir integrada, por vir sempre em minha defesa quando os professores da escola me confundiam com uma aluna, me tratando de forma ríspida, o meu muito obrigada!

Agradeço aos meus amigos que direta ou indiretamente me ajudaram, me ensinaram a ser melhor todos os dias.

Termino com esta frase que é o meu lema de Vida, Deus é justo e não colocaria em seu coração um sonho impossível de ser realizado.

Obrigado!

Resumo

A Guerra Colonial, conhecida também como a Guerra de Libertação (designação utilizada pelos povos africanos) foi uma guerra que eclodiu em Angola em 1961. De então em diante Angola tornou-se o palco de uma guerra contra a presença portuguesa.

Esta luta foi liderada pelos Movimentos de Libertação como MPLA, FNLA e UNITA. Em 1963 foi a vez da guerra se alastrar à Guiné-Bissau, cujo movimento de libertação foi PAIGC.

Em 1964 Moçambique também se torna o palco de Guerra, e as lutas de libertação são dirigidas pela FRELIMO. Todos esses movimentos foram patrocinados politicamente pelas grandes potências económicas e militares como a EUA, URSS e China.

Fala-se da Guerra Colonial, como um momento que marcou profundamente a História de Portugal e das ex-colónias, mas afinal o que sabem os alunos portugueses sobre a Guerra Colonial? Fomos procurar compreender, o que sabem, quem lhes ensinou, onde aprenderam.

Neste sentido, levámos a cabo um estudo com 46 alunos de duas turmas dos 9.º anos de escolaridade da Escola Secundária João Gonçalves Zarco, durante o ano letivo de 2017/2018. Neste processo, recorremos a diversos instrumentos de recolha de dados: aplicação de dois questionários.

O primeiro questionário, foi utilizado com objetivo de recolher as ideias tácitas dos alunos sobre a Guerra Colonial; no segundo, o objetivo foi analisar se houve ou não um processo de ensino aprendizagem e quem o influenciou.

O estudo revelou que a maior parte dos alunos não sabia o que tinha sido a Guerra Colonial, no entanto após a leção dos conteúdos sobre a Guerra, os alunos passaram a ter ideias mais substantivas sobre o que tinha sido a Guerra do Ultramar.

Palavras-chaves: Guerra Colonial, Colónias, Salazar, independência.

Abstract

The Colonial War, known also as the War of Liberation (designation used by the African peoples) was a war that broke out in Angola in 1961. From then on Angola became the scene of a war against the portuguese presence.

This struggle was led by the Movements of Liberation as MPLA, FNLA, UNITA. In 1963 it was the turn of the war to spread in Guinea-Bissau, whose liberation movement was PAIGC.

In 1964 Mozambique also becomes the stage of War, and the liberation struggles are led by FRELIMO. All these movements were politically sponsored by the great economic and military powers such as the USA, others from the USSR and China.

There is talk of the Colonial War, as a moment that profoundly marked the History of Portugal and the former colonies, but what do Portuguese students know about the Colonial War? We tried to understand, what they know, who taught them, where they learned.

In this sense, we carried out a study with 46 students from two classes of the 9th grade of the João Gonçalves Zarco High School during the 2017/2018 school year. In this process, we use various data collection instruments, such as: the application of two questionnaires.

The first questionnaire was used to collect the students' tacit ideas about the Colonial War, in the second questionnaire, the purpose was to analyze whether or not there was a process of teaching learning.

The study revealed that most of the students did not know what the Colonial War had been, however, after lecturing the content about the War, students came to have deeper ideas about what had been the Overseas War.

Keywords: Colonial War, Colonies, Salazar, independence.

Introdução

A Guerra Colonial, também conhecida como a Guerra do Ultramar, foi um período marcado por muitos acontecimentos. Durante este período, Portugal ocupou um lugar de destaque na cena política a nível mundial, não como um ator, mas como um elemento perturbador. Portugal nunca aceitou o processo de descolonização.

Citando Margarida Calafate Ribeiro: “A descolonização [foi] vista por políticos franceses como Michel Debré e Guy Mollet ou por intelectuais como Pierre Nora ou André Malraux como uma «corrente da História», ou como «ventos de mudança», no discurso do primeiro-ministro britânico Harold Macmillan, mas como uma não- questão pelo Portugal de Salazar; era sentida pelos povos colonizados como um direito a tomarem nas suas mãos o seu próprio destino. Assim os processos sucederam-se e redefiniu-se o mundo contemporâneo, num dos grandes movimentos globais da pós-modernidade, que provocou ruturas de consequências imediatas - a confirmação de uma nova ordem mundial liderada pela antiga União Soviética e pelos Estados Unidos em bipolar oposição na chamada Guerra Fria, as independências e a construção das novas nações, o retorno dos países europeus colonizadores à sua geografia europeia.”¹

O período de 1961 a 1975, foi um período que marcou profundamente a História de Portugal, e a das suas ex colónias (Angola, Moçambique, Guiné, Cabo-Verde, Timor e São Tome e Príncipe). Aí estiveram em confronto as Forças Armadas Portuguesas e as organizações dos Movimentos de Libertação de cada uma das colónias.

Todas as guerras trazem consigo graves consequências, para ambos os lados. Assim, também a guerra colonial teve consequências trágicas para os dois lados. Esta

¹<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/79869/1/Ponte%20aerea%20da%20TAP.pdf> (Esta citação longa de Margarida Calafate faz parte do texto inserto no site assinalado). [consult. 2018-09-20].

guerra teve a duração de 13 anos, e exigiu um enorme esforço humano e económico. As perdas humanas foram incalculáveis.

Ao longo do tempo, a historiografia portuguesa tem tentado aprofundar o conhecimento dos factos, ensaiar a sua explicação e, fundamentalmente, saber e compreender o que se passou.

Saber o que aconteceu durante os anos de 1961 a 1975, anos em que a Guerra Colonial esteve no centro da História. Saber o que aconteceu nomeadamente em Angola, Moçambique e na Guiné, e essencialmente as consequências desta guerra.

Para além da historiografia, no caso português não faltam narrativas que remetem para a Guerra Colonial, como é o caso dos romances de guerra, embora, nesta linha, um dos casos mais conhecidos seja o livro de Ricardo de Saavedra, *Os dias do fim*, que aborda o tempo ‘apocalítico’ de 7 de Setembro em Moçambique (a tentativa desesperada de alguns colonos de reverter o tempo, depois da assinatura dos Acordos de Lusaka, fazendo da ex colónia um sucedâneo da Rodésia).²

A Guerra Colonial foi uma guerra que deixou até hoje feridas abertas nas gerações daí surgirem vários projetos de investigação como por exemplo MEMOIRS (FILHOS DE IMPÉRIO E PÓS-MEMÓRIAS EUROPEIAS):

MEMOIRS propõe uma visão inovadora da história europeia contemporânea a partir das suas heranças coloniais. Estas heranças constituem um elemento comum às identidades dos estados nacionais do continente, se bem que a Europa se tenha definido através de diferentes modelos coloniais. MEMOIRS analisa os legados do modelo de expansão ultramarina do colonialismo da França, Bélgica e Portugal, como elementos fundamentais para entender o continente dos dias de hoje. O carácter inovador deste projeto traduz-se na sua questão de investigação: qual é o impacto, na Europa atual, da transferência de memórias do fim do colonialismo nas suas múltiplas dimensões?

MEMOIRS pretende traçar uma nova cartografia da memória europeia, assente na assunção de que a herança colonial é parte da identidade europeia e não algo que possa ser ignorado. Nesta medida, as memórias daqueles que foram afetados pelo fim dos impérios europeus e daqueles que o colonialismo classificou como o “outro” fazem parte da Europa. Pretendemos contribuir para

²<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/35446/1/Os%20fins%20do%20tempo%20do%20fim%20D%20escoloniza%C3%A7%C3%A3o%20e%20o%20neg%C3%A7%C3%A3o%20que%20pertence%C3%A7a.pdf>

[consult. 2018-07-25].

uma mudança epistémica na maneira como é vista a história do continente, o que implica uma transformação fundamental dos paradigmas históricos e narrativos.

*MEMOIRS pretende promover um maior sentido de responsabilidade coletiva perante o passado e o presente.*³

O presente trabalho que aqui apresentamos inclui pesquisa bibliográfica e a aplicação de um estudo caso. Foi realizado no âmbito do relatório de estágio para a disciplina de Introdução à Prática Profissional do Mestrado em Ensino de História no 3.º Ciclo e Ensino Secundário da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com o título *A Guerra Colonial - O olhar do jovem estudante português*.

Contudo, é importante sublinhar que este trabalho não pretende fazer um capítulo sobre a Guerra Colonial, mas tão só apontar alguns aspetos estruturantes sobre os quais desenvolvi o meu projeto de relatório.

Durante a minha infância sempre ouvi falar da guerra em Angola, principalmente a Guerra Civil que durou quase trinta anos. Sempre ouvi a minha avó, os meus tios contarem histórias dos meus familiares que tinham sido generais e mortos durante o conflito armado e isso aguçava a minha curiosidade, queria saber sempre mais.

Depois de ouvir as músicas, as histórias dos “grandes heróis” da História de Angola, como Agostinho Neto e Holden Roberto, lendo poemas, sobretudo de Agostinho Neto, aumentava ainda mais a minha curiosidade, a minha admiração, no sentido em querer saber mais sobre a Guerra Colonial, uma Guerra que em larga medida influenciou ou esteve na origem da Guerra Civil que Angola enfrentou. As consequências desta guerra civil definiram o panorama político e social da Angola contemporânea.

Foi assim que surgiu em mim a questão: O que sabem os alunos portugueses sobre a Guerra Colonial?

Esta perspetiva, no sentido de analisar ou compreender, na linha do projeto *Memoires*, como se tem vindo a desenvolver as memórias herdadas pelo filhos e netos da geração que viveu os processos de descolonização dos territórios dominados por Portugal.

³ http://memoirs.ces.uc.pt/index.php?id=14991&id_lingua=1&pag=14993

[consult. 2018-07-25].

Foi em torno desta ideia que delineámos a problemática deste relatório e com isso, elaboramos três questões orientadoras:

- Que sabem os alunos portugueses sobre a Guerra Colonial?
- Com quem aprendem(eram)?
- Onde aprendem(eram)?

A base deste relatório remete para a primeira questão orientadora, pois como afirma o projeto *Memoires*:

*Os filhos de império não conheceram os últimos dias do colonialismo na República Democrática do Congo, na Argélia, em Angola, em Moçambique, na Guiné-Bissau, em Cabo Verde ou em São Tomé e Príncipe ou têm memórias remotas de infância dessa época. Não foram testemunhas diretas da descolonização destes países, mas, no entanto, foram marcados por este processo através das histórias das suas famílias e do contexto em que cresceram e, por isso, o passado colonial influencia de maneiras distintas a sua visão do mundo hoje.*⁴

O trabalho foi então estruturado em 5 capítulos:

Capítulo 1 - Enquadramento Teórico, baseado em autores como Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, João Torres Lima e Luís Alberto Alves e Cláudia Ribeiro, entre outros, como o projeto MEMOIRS que contém obras de vários autores.

Procurei fazer uma abordagem no sentido de apontar alguns aspetos que me permitissem construir esse relatório, como, por exemplo, saber o que aconteceu em cada um dos locais onde foi travada a Guerra, através do testemunho de um soldado da guerra.

Estas pesquisas bibliográficas, serviram para sustentar teoricamente o nosso estudo de caso e permitiram principalmente compreender e saber o que pensaram os homens que decidiram a guerra, que a conduziram, que a fizeram de ambos os lados e como viveram.

No que diz respeito ao *Capítulo 2 – Contexto e Metodologia do Estudo de Caso*, apresentarei o estudo levado a cabo com duas turmas dos 9.º anos de escolaridade da Escola Secundária João Gonçalves Zarco, onde realizei o estágio como docente da

⁴ http://memoirs.ces.uc.pt/index.php?id=14991&id_lingua=1&pag=14997
[consult. 2018-07-25].

disciplina de História no ano letivo de 2017/2018. Inclui um subcapítulo onde caracterizamos a escola bem como a amostra envolvida neste estudo.

No que se refere ao *Capítulo 3. – Análise dos Resultados anteriores à lecionação*, explicarei todo o processo de construção dos instrumentos de recolha de dados, o questionário e o decurso do processo de investigação, justificando as opções tomadas; apresentarei o questionário utilizado e algumas transcrições das respostas dos alunos e os resultados do primeiro questionário.

Finalizada esta primeira parte de contextualização teórica e aplicação prática, os capítulos que se seguem são dedicados principalmente à componente empírica, o estudo de caso.

Capítulo 4. - O plano de aula, foi reservado à apresentação dos procedimentos metodológicos, como as aulas lecionadas foram organizadas, planeadas. Desenhamos um estudo caso que contemplou a lecionação de duas aulas de 50 minutos subordinadas ao tema da Guerra Colonial.

Finalmente, no último *Capítulo 5. – Análise dos Resultados posteriores à lecionação*, lançamos um olhar sobre os dados recolhidos e procuramos problematizar os dados obtidos. Essencialmente foram analisados, em termos comparativos, os dados relativos à aquisição de conhecimentos prévia à sua lecionação em contexto escolar (no caso do primeiro) e o segundo questionário que procurou ver o impacto dessa lecionação para a construção de um conhecimento sustentado sobre o tema.

Todo o processo desenvolvido em contexto de elaboração de relatório de estágio visou identificar sobretudo que memórias guardam os alunos sobre a Guerra Colonial e que *acrescenta* a escola relativamente a esse conteúdo.

Por fim, as considerações finais, nas quais damos espaço a um balanço da investigação realizada, demonstrando os aspetos que nela foram considerados obstáculos na sua execução e as críticas sobre os manuais escolares na abordagem sobre a Guerra Colonial.

Capítulo 1. - Enquadramento Teórico

1.1.A questão colonial portuguesa

A presença portuguesa em África teve início no auge da colonização europeia, a partir do século XV, naquilo que hoje é Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. O interesse de Portugal pelo continente africano só se acentuou depois da perda provocada pela independência do Brasil, em 1822.

A partir desta data todas as atenções centraram-se no continente africano, com o objetivo de criar um novo império. De facto, a manutenção das possessões ultramarinas era considerada por muitos pensadores e políticos portugueses como sendo uma necessidade vital para o país, sendo de destacar a importância do corredor africano do Atlântico. Por outro lado, o conceito tradicional do cumprimento de uma missão histórica colonial, justificava a presença portuguesa em África.

Apesar desta longa tradição colonial, só a partir da década de 40 do séc. XIX, é que Portugal passou a enviar várias expedições a África, sobretudo para Angola e Moçambique, procurando ocupar a vasta zona entre as duas colónias.

No entanto, este projeto ia contra o plano da poderosa Inglaterra, de ligar o Cairo (Egito) ao Cabo (África do Sul). Neste contexto, a Inglaterra faz um ultimato a Portugal no sentido de este abandonar tais pretensões, o chamado Mapa cor-de-rosa, isto é o domínio sobre uma zona que representava o desejo de soberania sobre os territórios entre Angola e Moçambique. Terá sido apresentado em 1884-1885 pela Sociedade de Geografia de Lisboa.

Da posse e da repartição de terras no continente africano, a luta pelo poder e pelo domínio das zonas de influência, levou as potências coloniais a uma competição

permanente, sobretudo as mais poderosas (Inglaterra, França e Alemanha), que demonstravam pretensões de impor as suas ambições.

Com efeito, com base no designado direito histórico, fundamentado na primazia da ocupação europeia, Portugal reivindicava muitas áreas do continente africano, embora dominasse apenas algumas feitorias costeiras e pequeníssimos territórios ao redor dessas. Todavia, a partir da década de 1870 ficou claro que apenas o direito histórico não seria suficiente e que a presença portuguesa dependia do alargamento para o interior das terras reclamadas, bem como uma efetiva ocupação militar.

Para tal começaram a ser organizados planos destinados a promover a exploração do interior da África. Foi na 2ª metade do século XIX que foi lançado um conjunto de iniciativas de exploração destinadas a conhecer a zona que separava as colónias de Angola e Moçambique, que levaram às famosas expedições do Capitão Serpa Pinto e mais tarde pelos oficiais da marinha Brito Capelo e Roberto Ivens, integradas numa nova estratégia portuguesa para o continente africano que privilegiava a ocupação efetiva através da exploração e colonização em detrimento do simples direito histórico.

1.2. Império Português

É quase impossível abordar as questões coloniais sem antes nos referirmos ao vasto império colonial que Portugal possuía e que mais tarde foi reiterado pela Primeira República que incorporou no seu discurso político e cultural a defesa, a manutenção e o desenvolvimento dos territórios coloniais.

Todo este esforço foi visível na defesa das fronteiras do sul de Angola e do norte de Moçambique contra os interesses alemães. Os republicanos temiam que as colónias portuguesas servissem de moeda de troca entre os ingleses e os alemães, o que levou a que Portugal se envolvesse na 1.ª Guerra Mundial para proteger as colónias nos finais de 1914 (Lima, 2018, p.13).

No final da 2ª Guerra Mundial, quase todas as colónias europeias foram conquistando a sua independência. Não obstante, Portugal, no início dos anos 60, ainda possuía um vasto império colonial. Em África possuía as colónias de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e, na Ásia, o Estado da Índia (Goa, Damão e Diu), Macau e Timor.

De todos esses territórios, os mais ricos e extensos eram as colónias africanas de Angola e Moçambique. “Angola era a joia da coroa, cuja riqueza e potencial de desenvolvimento justificava, com Moçambique, a ideia de que Portugal não poderia sobreviver sem “ultramar” (Afonso, 2010, p. 10).

Apesar dessas colónias serem ricas em matérias-primas, sobretudo Angola e Moçambique, o próprio atraso tecnológico e económico de Portugal não permitiu promover o pleno desenvolvimento dessas potencialidades. Também é importante realçar que, em 1951, por pressão das novas ideias trazidas pela Carta das Nações Unidas, a terminologia de império foi abandonada e substituída por territórios ultramarinos ou províncias ultramarinas. Assim, também o Ministério das Colónias passou a chamar-se Ministério do Ultramar.

1.3. A recusa da descolonização

Em 1955, quando Portugal se tornou membro da ONU, a questão colonial passou a constituir um sério problema para o Governo.

A nova ordem internacional instituída pela Carta das Nações Unidas, exigia aos países colonizadores que concedessem autonomia às suas colónias, ou seja, defendia o princípio de que "Todos os povos têm o direito à autodeterminação". Princípio que garantia a cada país o direito de se autogovernar, exercendo soberanamente o direito de determinar o seu próprio estatuto político.

A primeira vaga de descolonizações em África teve importantes repercussões na política colonial do Estado Novo. Com efeito, a partir do momento em que a ONU reconheceu o direito à autodeterminação dos povos, as grandes potências coloniais começam a negociar a independência das suas possessões ultramarinas.

Apesar dos seus aliados europeus começarem com o processo de descolonização, Portugal mantém-se fiel aos seus princípios colonialistas, o que vai fazer com que gradualmente comece a sofrer a nível internacional uma certa pressão.

Foi neste ambiente que se realizou a Conferência de Bandung entre 18 a 24 de abril de 1955, na Indonésia. Nela participaram 27 estados (Afeganistão, Arábia Saudita, Birmânia, Camboja, Ceilão, República Popular da China, Egito, Etiópia, Filipinas, Índia, Indonésia, Irão, Iraque, Israel, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Libéria, Líbia, Nepal,

Paquistão, Síria, Turquia, República Democrática do Vietname, Vietname do Sul e Iémen do Norte) bem como dois países que ainda não tinham conquistado a independência (Costa do Ouro, atual Gana e Sudão).

Os princípios fundamentais defendidos nesta conferência foram: a luta contra o colonialismo; o direito de todos os povos à autodeterminação; a luta pela independência e pela liberdade de escolha dos estados relativamente aos seus próprios sistemas políticos.

Quando se realizou esta Conferência, a maior parte dos países da Ásia já tinham conquistado a independência política. Também em África a luta de libertação nacional começava a nascer.

Durante a Conferência, estabeleceu-se um compromisso entre os países alinhados e os não-alinhados (relativamente aos dois grandes blocos formados na sequência da 2ª Guerra Mundial), que favoreceu a posição de não alinhamento. Nesta conferência, o conceito de "coexistência pacífica" foi substituído pelo conceito de tolerância, afirmando-se que "os países devem revelar tolerância e viver em paz uns com os outros como bons vizinhos". Defendeu-se, também, que a defesa coletiva não deveria ser utilizada nos interesses particulares de qualquer uma das grandes potências.

Para além destas resoluções, os países não-alinhados fizeram incluir no documento da Conferência outros apelos importantes, como a redução de todas as forças armadas e armamentos, a necessidade de pôr fim a toda e qualquer forma de colonialismo e o reconhecimento do direito à autodeterminação dos povos.

A Conferência de Bandung marcou ainda a chegada do Movimento dos Países Não Alinhados à cena política internacional. A partir desta altura, mais de metade da população do globo começou a atuar no palco internacional como força política ativa e com uma consciência de identidade coletiva, fazendo pressão sobre os países que ainda possuíam colónias, como era o caso de Portugal.

Um dos principais objetivos desta Conferência era que a união dos países colonizadores ajudasse os povos não independentes a ascender à soberania (Afonso, 2010, p.11). No entanto, o Estado Novo defendia que não possuía Colónias, uma vez que os territórios ultramarinos eram apenas uma extensão de Portugal. Deste modo, designou estes territórios de Províncias Ultramarinas.

Como consequência, as colónias ganharam equivalência jurídica a qualquer província da metrópole, ou seja, Portugal estendia-se sem quebra de unidade que não fosse geográfica, «do Minho a Timor». Assim, negava as disposições da Carta da ONU, relativamente à administração de territórios não autónomos, alegando que essas decisões da ONU eram interferências nos assuntos internos de Portugal (Afonso, 2010, p.79).

Salazar recusava-se a proceder à descolonização, argumentando que Portugal era um Estado Pluricontinental e multirracial, chegando a afirmar no seu discurso em 1956:

“Um nativo de Angola embora com as limitações da sua incultura, sabe que é português e afirma-o tão conscientemente como um letrado de Goa saído de uma Universidade europeia. [...] O português, por exigência do seu modo de ser, [...] experimentou juntar-se, senão fundir-se com os povos descobertos, e formar com eles elementos integrantes da mesma pátria. Assim nasceu uma Nação sem dúvida estranha, complexa e dispersa pelas sete partes do mundo; mas quando os olhos que sabem ver observam atentamente essas frações de Nação, verificam [...] que ali é Portugal”. Salazar, discurso de 30 de maio de 1956. (Discurso de Salazar, Inserto in Diniz; Tavares; Caldeira e Henriques, 2017, p.157).

Contudo, o maior quebra-cabeça do regime Salazarista foi o Estado Português da Índia. Em 1956, a União Indiana, que se tinha tornado independente em 1947, exigiu a entrega dos territórios portugueses de Goa, Damão e Diu. Salazar, temendo que isso abrisse um precedente às outras colónias, enviou tropas portuguesas para defender o Estado Português da Índia e, em dezembro 1961, a União Indiana invadiu Goa, Damão e Diu, o que provocou a rendição das tropas portuguesas.

1.4. A guerra colonial

A intransigência do Estado Novo em relação às colónias não provocou apenas o “isolamento do país no contexto europeu e mundial, como acelerou também o enorme desfasamento - e a absoluta incompreensão - relativamente à profunda transformação do continente africano, polarizada, antes de mais, no fortíssimo movimento de libertação desencadeado no rescaldo da Segunda Guerra Mundial.” (Lima, 2018, p.14).

A insensibilidade política do regime salazarista levou a inevitáveis conflitos nas colónias. A maior parte das contestações anticoloniais baseavam-se no recrutamento obrigatório de mão-de-obra nativa, através do denominado “contrato” que obrigava os nativos a trabalhar para o Estado, a preços muito baixos e sem as devidas condições.

O primeiro conflito, contra o regime colonial teve a sua origem em Angola em 1961. Segundo os historiadores Douglas Wheeler e Réne Pélissier referem, este conflito aconteceu devido à contestação por parte dos nativos acerca da exploração extensiva da cultura do algodão.

Em relação a este conflito, estes historiadores dizem-nos que:

“Apesar de ser a rebelião menos conhecida de 1960-1961, a revolta da Baixa de Cassange é a mais fácil de compreender. Tratou-se de uma ação de desafio contra o sistema obrigatório de cultivo de algodão, de que a Cotonang, uma empresa monopolista, possuía a concessão na região oriental de Malange”. (Lima, 2010, p. 25).

Uma outra contestação que antecedeu o início da guerra, em Moçambique, em Mueda, 1960, provinha das dificuldades que os camponeses tinham para vender os seus produtos a um preço digno. Para resolver esses problemas, os camponeses convocaram uma reunião com os administradores coloniais, que acabou sem solução, provocando vários motins e disparos da polícia sobre a população, resultando em vários mortos e feridos.

Mais tarde viria a repetir-se o mesmo episódio em Angola, quando a 4 de fevereiro de 1961, a população civil começou a causar distúrbios em Luanda com ataques à casa de Reclusão Militar, ao quartel da Companhia Móvel da PSP e à Cadeia Civil, onde se encontravam a maioria dos presos políticos do “processo dos 50”, isto é, conjunto de três processos políticos que se iniciaram a 29 de março de 1959 com as prisões de vários nacionalistas angolanos. (Afonso, 2010, p. 51).

A denúncia internacional destas prisões, deu a conhecer ao mundo o que se passava em Angola, desmascarando assim a política do Estado Novo nas colónias.

Para os nacionalistas angolanos, os acontecimentos de 4 de fevereiro foram o início da luta armada, embora reprimida com brutalidade pelos portugueses. Este episódio pretendia chamar a atenção para a situação colonial.

Apesar de o 4 de fevereiro ser considerado como o início da rebelião contra o colonialismo, será a revolta do Norte de Angola, na Baixa de Cassange, na Província de Malange, que vai marcar o início da guerra colonial. No dia 6 de janeiro, a população camponesa declarou greve contra as más condições de trabalho e a obrigação do cultivo de algodão para a empresa Cotonang (Companhia Geral dos Algodões de Angola).

Além disso, ainda não tinham recebido os salários da empresa luso-belga instalada em Malange. A partir desse momento, os camponeses queimaram as sementes fornecidas pela Cotonang, mataram o gado, invadiram armazéns e interromperam as vias de comunicação. Pegaram nas suas catanas provocaram distúrbios que deram lugar a uma repressão de grandes dimensões por parte das forças militares portuguesas, que bombardearam ininterruptamente os grevistas camponeses e os civis. Desse massacre resultaram cerca de 200 a 300 mortos, tendo ficado para a História como o massacre da Baixa de Cassange, um símbolo de luta anticolonial. Uma história de sangue, exploração, que marcou o princípio do fim do império colonial (Afonso, 2010, p.52).

O caso de Angola é um pouco diferente das outras colónias africanas, porque a independência do ex-Congo Belga a 30 de junho de 1960, acabou por influenciar o sentimento nacionalista dos angolanos, uma vez que nessa região viviam os Bacongos – uma tribo que tinha raízes comuns no norte de Angola e no Congo.

Por isso, existia uma forte influência daquele país recém-independente, que incentivava os angolanos a revoltarem-se contra o poder colonial português. É nesse contexto que a 15 de março de 1961, Angola tornou-se o palco de guerra, e um mês depois Salazar pronunciou “Para Angola, rapidamente e em força”. (Afonso, 2010, p.74).

Assim, foram enviadas várias unidades militares com soldados mobilizados para o efeito. Anos mais tarde, em 1963, teve início a luta armada na Guiné, com um ataque ao quartel de Tite – sede administrativa no interior da província –, levado a cabo pelo PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde), que significou o fim da possibilidade de um diálogo construtivo com o regime Salazarista.

Esse ataque foi uma surpresa na altura, já que os portugueses se tinham fortificado na fronteira, esperando serem atacados a partir do Senegal ou da Guiné Conacri. Esta nova frente constituiu mais um desgaste para as forças portuguesas, num território de difícil acesso, seja de ponto de vista físico, seja pela sua pequena dimensão, tornando-se vulnerável às ações de guerrilha.

Nos dias seguintes, o PAIGC realizou várias emboscadas na região de Bedanda. Estas primeiras iniciativas armadas tiveram um grande impacto na metrópole, pois elas já mostravam uma organização e um armamento sofisticado. Por seu lado, em Moçambique a guerra só se inicia em 1964, quando se desencadeia um ataque à localidade de Chai, em Cabo Delgado. Com esta atuação, abre-se a terceira frente da Guerra

Colonial, obrigando as forças armadas portuguesas a um esforço ainda maior na luta contra os movimentos independentistas ou de libertação africanos. A guerra colonial exigiu um enorme esforço humano e económico.

1.5. Movimentos de Libertação

Nas Colónias europeias, sempre houve movimentos de oposição e resistência à presença das potências coloniais. Contudo foi com a Segunda Guerra Mundial que acabaram por se criar condições para os sentimentos nacionalistas e os questionamentos de dependência. Ao longo do século XX, essa resistência foi mantida principalmente pelas elites urbanas, que tinham contactos com a cultura da própria metrópole.

As ideias dos primeiros esboços doutrinários que muito influenciaram o despertar da consciência revolucionária anticolonial em África provêm de duas correntes fundamentais: a Negritude e o Pan-africanismo do princípio do século XX. Ambas apareceram com o objetivo de defender a cultura africana, através da literatura, da arte e da poesia. Partindo da ideia que já salientámos no início, outro grande foco de pensamento e difusão do anticolonialismo teve as suas origens em metrópoles portuguesas, Lisboa e Coimbra, através de um projeto criado em 1944, a Casa dos Estudantes do Império.

Esta procurava atrair as grandes elites coloniais a virem estudar para Portugal, uma vez que em África não existiam Universidades. Esta instituição permitiu uma maior ligação entre os estudantes das diversas colónias, como Guiné, Cabo Verde, Moçambique e Angola. (Afonso, 2010, p.46).

Formalmente tratava-se de uma instituição desportiva, recreativa e cultural, mas na realidade serviu como forma de criar ligação entre Lisboa e as colónias, através dos funcionários negros da Companhia Colonial de Navegação. Foi assim que se difundiram os textos sobre os massacres de Batepá, em S. Tomé e Príncipe, em 1953. O objetivo dessas elites era derrotar o colonialismo português.

As suas convicções revolucionárias e libertadoras cresceram fruto do contacto com o MUD-Juvenil e o PCP, forças de oposição ao regime do Estado Novo. A brutalidade do sistema colonial deixou marcas profundas. Como tal, assistiu-se nas

décadas de 1950 e 1960, a um surto de movimentos de libertação, muito embora o Estado Novo se recusasse em encarar a possibilidade de autonomia das colónias africanas.

Na contradição entre este pensamento que se ia consolidando (em pessoas e organizações) e as perspectivas de colonialismo que permaneciam arraigadas na maioria dos políticos do regime, começam a surgir manifestações e revoltas, cada vez melhor organizadas e sustentadas até por apoios exteriores. Neste sentido, a 15 de março de 1961, iniciaram-se no norte de Angola, os primeiros levantamentos anticolonialistas, marcados por uma enorme violência dirigida pela UPA (União das Populações de Angolana), de Holden Roberto. Em Angola, os movimentos que atuavam eram a UPA (mais tarde designada por FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola), o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola, inicialmente dirigido por Mário de Andrade e mais tarde liderado pelo Agostinho Neto).

Esses movimentos combatiam sobretudo no norte de Angola, e a UNITA (União Nacional Para a Independência Total de Angola), com Jonas Savimbi que atuava essencialmente no Sul. Em 1963 foi a vez de a luta anticolonialista se alargar à Guiné-Bissau, cujo movimento de libertação, principalmente o PAIGC, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, era liderado por Amílcar Cabral. No entanto, Amílcar Cabral, não assistiu à independência da Guiné e de Cabo Verde, pois foi morto pela PIDE em 1973.

No ano seguinte a luta armada estendeu-se, também, ao Norte de Moçambique, através da FRELIMO, Frente de Libertação de Moçambique, encabeçada por Eduardo Mondlane, que também foi assassinado pela PIDE e viria a ser substituído pelo Samora Machel.

É de realçar que a guerra da Argélia serviu de campo de treinos para muitos guerrilheiros de vários movimentos de libertação, como foi o caso da FRELIMO, PAIGC e por fim o MPLA. (Afonso, 2010, p.154-157).

Todos esses movimentos de libertação receberam apoio político e material de vários países (uns dos Estados Unidos, outros da URSS e da China) que lhes forneciam armamento e preparavam muitos dos seus soldados, uma vez que cada uma das potências pretendia estender a sua área de influência no contexto da Guerra Fria que se vivia no mundo.

A guerra tornava-se inevitável, sendo que Salazar optou pela defesa intransigente das Províncias Ultramarinas. Depois das primeiras revoltas em Angola, Salazar ordenou que o exército avançasse «para Angola, rapidamente e em força». Pouco a pouco, Portugal envolveu-se numa guerra colonial longa e em três frentes (Angola, Guiné e Moçambique), que se prolongou até 1974.

“A «mata» era isto: por vezes aberta, por vezes cerrada. Não há pontos de referência; apenas mosquitos que entram pelos olhos, pelo nariz, pela boca. Apenas a sede, o suor, os camaradas ao lado ou atrás e à frente, na «na bicha de piralau». De repente, os tiros de PPSH, de Kalash, as cubatas da base inimiga! O ruído dos estampidos, o silêncio que se segue... os gemidos. Porra! O heli nunca mais chega para evacuar os feridos! Onde é que estamos? Nas matas do Norte de Angola e de Moçambique, nas chanas do Leste de Angola, nas florestas virgens do Mayombe, nos «tarrafos» pantanosos da Guiné, na aridez semidesértica de Tete - em qualquer lado, mas sempre a milhares de quilómetros do lugar onde todos gostariam de estar!” (Depoimento de um soldado, Carlos Matos, inserto in. Rosas; Couto, 2011, p.116).

1.6. Isolamento Internacional de Portugal

Salazar sabia que o processo da descolonização seria catastrófico para Portugal, pois teria de abdicar das suas colónias o que implicava grande perda económica, nomeadamente a perda dos mercados de escoamento das matérias-primas transformadas, bem como, a perda de produtos a explorar.

Como já foi referido, a questão das Colónias já tinha ganho dimensões consideráveis desde a entrada de Portugal na ONU, sobretudo quando Portugal recusava admitir a disposição da Carta da ONU, relativamente à administração de territórios não autónomos, pois defendia que as províncias ultramarinas eram parte integrante do território português.

Os países do Terceiro Mundo foram pressionando o debate sobre as colónias portuguesas, o que obrigou a Assembleia-Geral a concluir que os territórios sob administração portuguesa eram, de facto, colónias, e não, como se pretendia fazer crer, extensões de um mesmo País. A questão das colónias fez Portugal sofrer, progressivamente, uma série de derrotas, levando-o ao seu isolamento nas relações internacionais.

Em 1961, ano em que se inicia a guerra em Angola, Portugal esteve particularmente em foco nas Nações Unidas. Muitos países cortaram relações diplomáticas com o governo de Salazar, condenando-o repetidas vezes na ONU. Os países nórdicos hostilizavam abertamente o regime e a guerra colonial. As visitas do Papa Paulo VI à Índia, em 1964, revelou-se uma afronta à política da Metrópole que Salazar não perdoou. O governo português continuava a sofrer pressão para reconhecer o direito à autodeterminação das colónias africanas. No entanto Salazar não cedia, argumentado que «Angola é uma criação portuguesa e não existe sem Portugal... Moçambique só é Moçambique porque é Portugal».

Essa atitude de Salazar conduziu ao desprestígio internacional, sendo excluído de vários organismos das Nações Unidas, nomeadamente, do Conselho Económico e Social. Para além dessas dificuldades impostas pela ONU, Portugal ainda se viu mais pressionado com a hostilidade da administração americana, sobretudo, durante o mandato do presidente John F. Kennedy, quando este fez uma proposta de apoio económico a Portugal (próximo dos 90 milhões de dólares) com vista a que Salazar cedesse.

No entanto Salazar não cede, declarando que “O país não está à venda” e “A Pátria não se discute”. Salazar encarou a sua máxima “orgulhosamente sós” com grande intransigência.

“Sim, os tempos vão ser muito duros. Mas o Sr. D. João IV lutou 28 anos contra Espanha para salvar a independência nacional, e também se ocupou da defesa do ultramar. 28 anos! E daqui a 28 anos já não há mais Kennedys, nem Johnsons, nem Nações Unidas, nem mesmo os afro-asiáticos terão mais força. Este país deve saber resistir até então.” (Discurso de Salazar inserto, In. Rosas; Couto, 2011, p.117).

Em 1970, sente-se cada vez mais o isolamento português, nomeadamente, quando o Papa Paulo VI recebe, em Roma, os dirigentes do MPLA, FRELIMO e do PAIGC, um gesto que prejudica o prestígio do regime e da sua política colonial.

Em 1973, contra a vontade de Portugal, e para a sua maior humilhação, a Assembleia-Geral da ONU reconhece a independência da Guiné-Bissau. No mesmo ano, numa visita oficial em Londres, Marcelo Caetano foi recebido com manifestações e protestos, ao ser denunciado pela imprensa britânica os massacres de Wirihamu, em Moçambique.

O governo português conseguiu, durante a década de 1960, sustentar a sua política colonial. Contudo, ao nível interno, as dúvidas sobre a legitimidade do conflito e, sobretudo, do seu desfecho, foi aumentando e o descontentamento cresceu, ainda mais na sociedade portuguesa. O impasse a que se encontrava a guerra colonial nos anos 70 começou a pesar sobre o exército.

Particularmente, os progressos do PAIGC na Guiné, o encarniçamento da guerra em Moçambique e a persistente condenação internacional deram aos oficiais de carreira a convicção de que estavam a remar contra a corrente, lutando por uma causa perdida. Com isto, a 25 de abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas derruba o regime do Estado Novo. Descolonizar era uma palavra de ordem do Movimento das Forças Armadas a par de democratizar e de desenvolver. Após rápidas negociações Portugal assinaria com Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde os acordos da independência e em 1975, portanto praticamente após um ano do 25 de Abril de 1974, estes países eram independentes. Após 13 anos de luta armada.⁵

⁵<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/48495/1/Descoloniza%C3%A7%C3%A3o%20Cartografia%20afro-lusa.pdf>
[consult. 2018-09-22].

Capítulo 2. – Contexto e Metodologia do Estudo de Caso

2.1. Contextualização: Núcleo de Estágio (Escola)

Uma das componentes essenciais e mais importantes num Mestrado em Ensino é a experiência que os estudantes (professores estagiários) têm no “mundo real”, ou seja, na Iniciação à Prática Profissional. Por vários motivos, o ano de estágio é um ano muito marcante na vida de cada professor.

A sua primeira escola onde lecionou, o seu primeiro dia na escola com funções docentes, os seus primeiros alunos, a sua primeira aula, o seu orientador de estágio e os seus companheiros naturalmente farão parte das memórias ao longo da carreira.

Sendo uma das etapas mais decisivas na formação de um professor, é também uma das mais exigentes e desafiantes, na medida em que confronta o estagiário com múltiplas realidades, permitindo que este passe da teoria para a prática como docente, que aprenda a cada dia e que conheça mais das suas capacidades e dos seus limites; que analise quais são as melhores estratégias para motivar e controlar uma turma, para gerir o tempo da aula, para se inteirar dos processos diários da vida de um professor, que para o professor estagiário são quase desconhecidos.

Do meu ano de estágio, trago muitas memórias positivas, algumas negativas e sobretudo muitas aprendizagens que certamente me acompanharão enquanto docente.

No ano letivo 2017/2018, fui professora estagiária na Escola Secundária João Gonçalves Zarco em Matosinhos, uma escola onde fomos acolhidas e, com algumas dificuldades, fomos integrando-nos na comunidade escolar nas suas diversas componentes.

Tive como orientadora cooperante a professora Sandra Nunes, uma professora maravilhosa e com quem aprendi muito a nível pessoal e profissional. O núcleo de estágio era composto por mim e por duas colegas: Mariana Ventura e Joana Cardoso, com quem tive o privilégio de trabalhar e aprender muito sempre num clima de cooperação e amizade que foi essencial para o meu sucesso nesta fase de estágio.

Quanto à Escola Secundária João Gonçalves Zarco (nome atribuído desde 1995), define-se como uma escola com história, “60 anos a construir futuros”. De 1955 a 1979 teve como nome - Escola Industrial e Comercial de Matosinhos; entre 1979 e 1995 foi conhecida como a Escola Secundária N.º 1 de Matosinhos.

Sempre foi uma comunidade educativa de renome. Hoje em dia, define-se como uma escola dinâmica, inovadora e empreendedora. Segundo o seu Projeto Educativo (2014-2018), a escola tem como missão prestar à comunidade “um serviço público de qualidade, proporcionando aos estudantes a aquisição de competências científicas, técnicas e comportamentais que lhes permitam assumir, com sucesso, num cenário de um mundo em mudança, um papel social e profissionalmente ativo.”⁶

Imagens 1, 2 e – Logótipo da escola; Entrada principal da ESJGZ.



⁶ Informações retiradas da sua página Web: www.zarco.pt [consult. 2018-06-25].

A escola encontra-se localizada na Avenida Villagarcia d' Arosa, uma zona central de Matosinhos, relativamente perto do Hospital Pedro Hispano. É um local acessível devido à rede de transportes que a circundam.

Não é difícil perceber porque é que esta escola recebe tantos alunos de zonas tão diferentes como Matosinhos, Maia, Porto, porque é uma escola reconhecida a nível local e nacional. Tem uma oferta curricular diversa (como, por exemplo, ensino diurno e noturno, cursos profissionais, cursos de português para estrangeiros) e tem acesso relativamente fácil. A escola tem uma grande diversidade cultural e isso é notório devido à presença de comunidades como a africana, brasileira, chinesa.

A escola é equipada com tecnologia adequada, uma vez que em todas as salas de aula, o professor dispõe de um computador e de um projetor, sendo que em algumas salas dispõe também de um quadro interativo.

De facto, o uso de tecnologias é recorrente na escola, uma vez que o site da escola é muito utilizado, assim como a plataforma digital INOVAR onde os sumários, registo de faltas, classificações, sínteses de comportamento, horários e marcação de testes são registados para que todos os alunos, professores e encarregados de educação possam estar permanentemente informados.

Algo que achei curioso foi o facto de os alunos serem obrigados a utilizar o cartão da escola para entrar no recinto escolar, para marcar presença na sala de aula e para efetuar todo o tipo de compras, requisição de materiais/livros, fotocópias, etc.

Neste estabelecimento de ensino é proibido o uso dos telemóveis em sala de aula. Os alunos quando entram na sala de aula colocam os telemóveis numa mesa ao lado do professor, e isso foi uma regra que sempre foi respeitada por eles, o que me causou um certo “espanto”, positivo, no início.

Desde o 7.º ano que se insiste muito nisso e os alunos acabaram por interiorizar esse comportamento, sendo que isso sempre favoreceu o bom funcionamento das nossas aulas.

Um dos aspetos que mais me chamou a atenção nesta escola foi o aproveitamento do espaço e a organização do mesmo; a escola conta com vários laboratórios de ciências, várias salas de informática, várias salas para as aulas de arte.

Um dos espaços que saliento pelo dinamismo que traz à escola é a Biblioteca, a BiblioZarco, um espaço bem equipado e onde decorrem várias atividades e que promove nos alunos o gosto pela leitura, através de concursos e atribuição de prémios ao leitor do mês.

Quanto aos professores da escola, as suas idades situam-se entre os 40 e os 65 anos de idade.

De modo geral, fomos muito bem acolhidos pelos docentes da escola, sendo que participámos em diversas reuniões do grupo de História, do Departamento de Ciências Sociais e Humanas, assim como em visitas de estudo como professores acompanhantes.

A escola oferece várias atividades extracurriculares para alunos e professores, tais como aulas de teatro, dança, costura e xadrez. É uma escola muito dinâmica, pois todas as semanas decorriam novas atividades e todos os meses os corredores estavam decorados com exposições de temas diversos realizadas pelos alunos.

A Direção da escola e o Gabinete de Projetos sempre se mostraram recetivos às atividades que fomos propondo ao longo do ano.

Neste ano letivo de 2017/2018, a orientadora cooperante teve 5 turmas: duas turmas de Ensino Básico, 9º ano e três turmas do Ensino Secundário, das quais duas do 11ºano e uma do 12ºano. No entanto uma das turmas do 11º e 12ºanos eram lecionadas no Estabelecimento Prisional de Custódias. Lecionei às 5 turmas, a um total de 86 alunos (entre os 14 e os 46 anos), o que foi uma experiência muito positiva.

Com os meus alunos pude aprender muito a nível profissional e principalmente a nível pessoal, foi um ano muito marcante. Uma das aprendizagens que levo deste ano de estágio prende-se com o facto de a orientadora cooperante Sandra Nunes ser professora também no Estabelecimento Prisional de Custódias, o que permitiu lecionar a disciplina de História num outro ambiente, à primeira vista assustador. Contudo foi uma experiência enriquecedora do ponto de vista pessoal.

Um ponto interessante a salientar sobre a escola é que adotou a visão de organizar os alunos por turmas de nível, sendo que quando pretendem ingressar no 7.º ou no 10.ºano, os alunos realizam testes diagnósticos que permitem distinguir e organizar os alunos segundo as suas aptidões e capacidades intelectuais.

Muito dos alunos a que eu lecionei por estarem num nível, segundo a escola, baixo, sentiam-se inúteis, “burros” em relação a outra turma do mesmo ano de escolaridade. É um facto que as diferenças de turma para turma são visíveis, no entanto eu e as minhas colegas desenvolvíamos estratégias durante as aulas para os cativar, para estimular as suas capacidades, o que tornava as aulas muito interessantes, porque esses alunos eram imprevisíveis e desafiantes.

2.2- Metodologia utilizada e caracterização da Amostra

O presente trabalho procura responder a três questões que considero muito pertinentes:

- Que sabem os alunos portugueses sobre a Guerra Colonial?
- Com quem aprendem(eram)?
- Onde aprendem(eram)?

Levada por estas questões que no meu entender eram centrais às minhas preocupações investigativas, procurei uma metodologia e técnica que me ajudasse a responder, o mais objetivamente possível, a estas inquietações.

A metodologia seguida na realização deste estudo consistiu na aplicação de um inquérito por questionário (inquéritos de resposta fechada e resposta curta e com poucas questões abertas), num total de 46 inquiridos.

Optou-se por essa metodologia para garantir o anonimato dos alunos, evitando assim situações de desconforto ou timidez.

Neste sentido, concebeu-se um questionário de tipo misto, constituído por perguntas abertas e fechadas, redigidas de forma clara, simples e organizadas de acordo com um percurso lógico e gradativo no que se refere ao grau de complexidade das questões e da exigência na sua resposta.

O questionário era composto por 11 perguntas:

1. O que sabes sobre a Guerra Colonial?
 - 1.1. Onde obtiveste a informação?
2. Diz o que entendes por Colonialismo.
 - 2.1. O que são para ti as Províncias Ultramarinas?

- 2.2. Quem te ensinou o significado destes conceitos?
3. O que significam para ti Movimentos de Libertação?
4. O que foi para ti a Descolonização?
5. Sabes quem é Salazar? E Marcelo Caetano?
- 5.1. Onde aprendeste?
6. Qual o significado do período histórico em que Salazar esteve à frente do governo?
7. Qual a fonte de informação mais importante para as tuas respostas?
- a) manual escolar de História ☐
 - b) conversas com familiares e outras pessoas ☐
 - c) explicações do(a) professor(a) ☐
 - d) outros meios. Quais?

Justifica a opção.

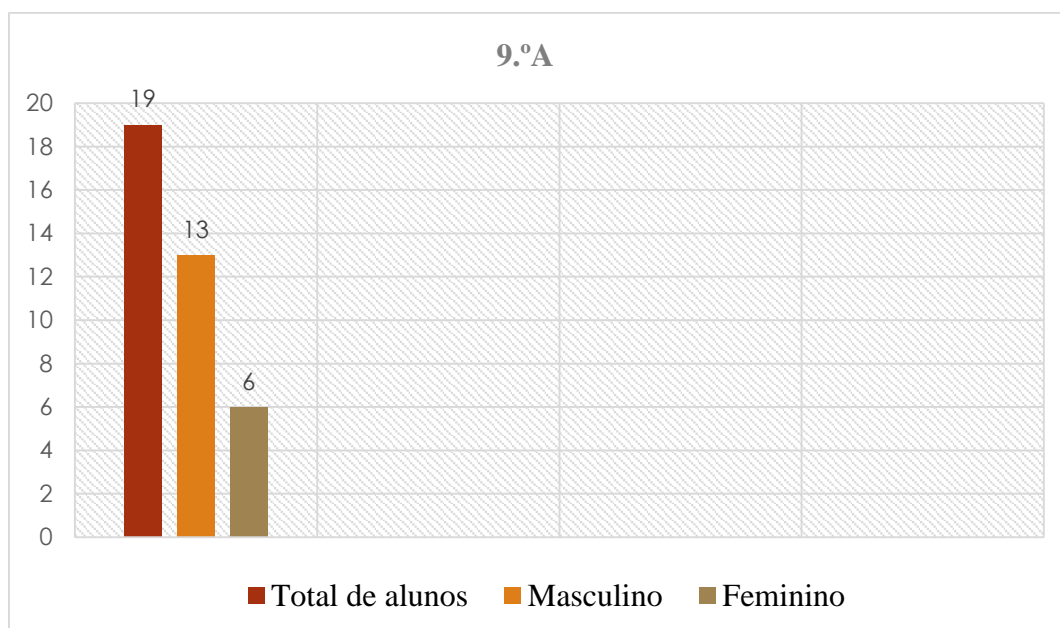
2.2.1. Caracterização da Amostra

Depois de delinear a metodologia e encontrar o tipo de instrumento a utilizar, foi necessário pensar em quem poderia constituir a amostra do estudo. Após analisar as duas turmas do 9.º ano e uma do 12.º ano a quem lecionava e lecionaria os conteúdos relacionados com a Guerra Colonial, no âmbito da unidade - “Do segundo após-guerra aos anos 80” - e conjugando a minha investigação com as investigações das minhas colegas, evitando sobrecarregar as turmas com inquéritos e atividades, acabei por focar o meu estudo em duas turmas do 9.ºano.

Foram as turmas com quem desenvolvi uma melhor relação e sempre se mostraram disponíveis e prestativos ao que era proposto: a turma 9.ºA e a turma 9.º B⁷ da Zarco no ano letivo 2017/2018, que integravam um total de 46 alunos.

Gráfico 1

⁷ As designações das turmas, não correspondem ao oficial para garantir o anonimato dos alunos.

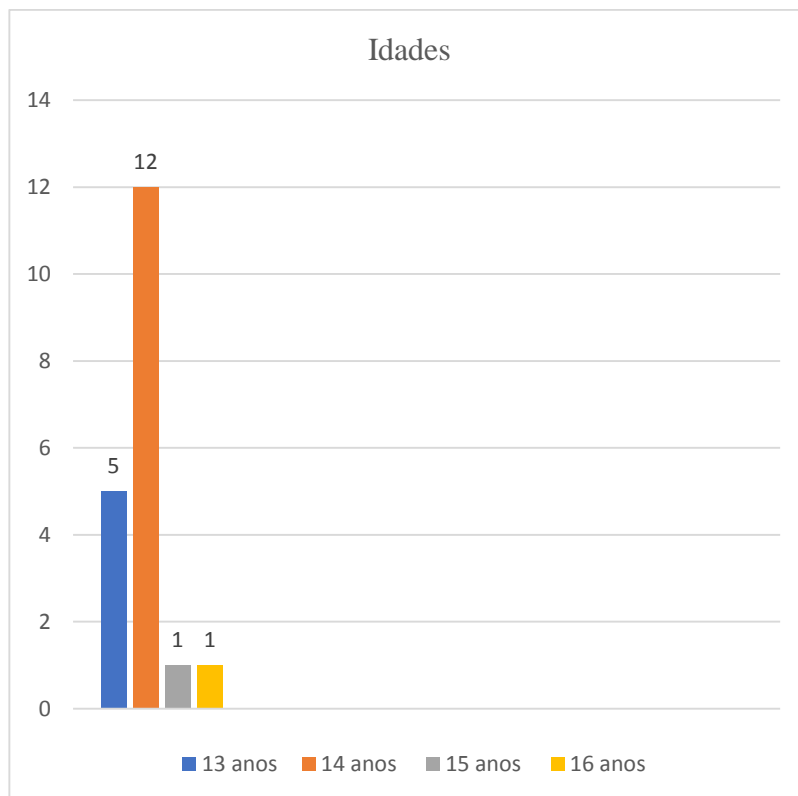


Fonte dos dados: Fichas de Direção de Turma

Gráfico 1: Distribuição do número de alunos por género na turma.

A turma 9.ºA era constituída por 19 alunos, 13 elementos do género masculino e 6 elementos do género feminino. À data da recolha dos dados, as idades desta turma variavam entre os 13 e os 16 anos: 5 alunos com 13 anos, 12 alunos com 14 anos, 1 aluno com 15 e 1 aluno com 16.

Gráfico 2



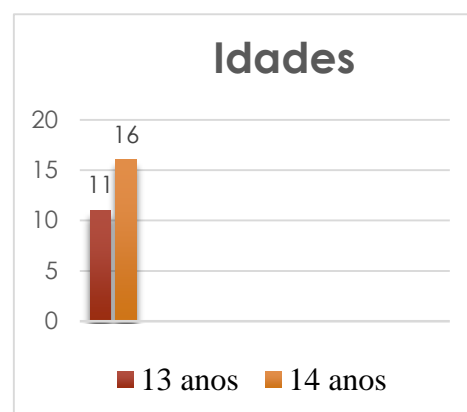
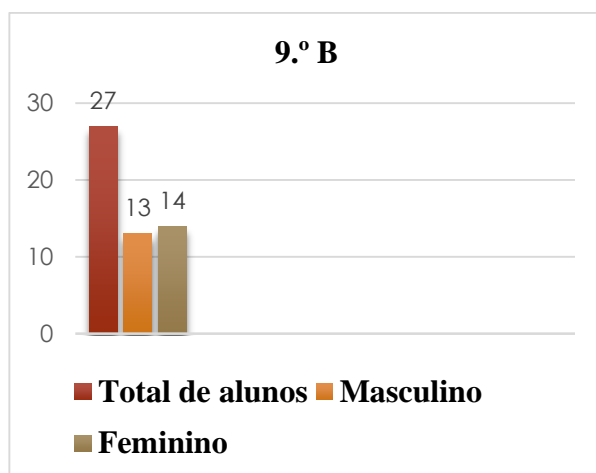
Fonte dos dados: Fichas de Direção de Turma

Gráfico 2. Distribuição do número de alunos por idades na turma.

Quanto à turma 9.ºB, era constituída por 27 alunos, 13 elementos do género masculino e 14 elementos do género feminino. À data da recolha dos dados, as idades desta turma variavam entre os 13 e os 14 anos: 11 alunos com 13 anos e 16 alunos com 14 anos.

Gráfico 3

Gráfico 4



Fonte dos dados: Fichas de Direção de Turma

Gráfico 3 e 4: Distribuição do número de alunos por género e idades na turma.

Fazendo uma breve descrição das turmas, é importante referir que a turma 9.ºA foi uma turma que me marcou muito, uma turma muito difícil de lecionar até serem “conquistados pela História”. A turma era formada por alunos muito extrovertidos, participativos e curiosos. A turma tinha muita dificuldade em assimilar os conteúdos e, de uma certa forma, eram considerados alunos de nível de aprendizagem muito baixo.

No entanto, dar aulas a esta turma exigia da minha parte uma preparação ainda mais exigente a nível do conhecimento científico, pois, por vezes, os alunos faziam questões muito pertinentes e geravam-se debates interessantes. Fomos “conquistando” a turma de forma gradual.

Quanto à turma 9.ºB, posso afirmar que foi a minha turma preferida, porque foi a turma com quem pude conviver mais tempo dentro e fora da sala de aula, em visitas de estudo, nomeadamente à França, e em atividades extracurriculares (como a preparação de uma conferência para a unidade curricular de Problemáticas Históricas do Mestrado em Ensino da FLUP com o tema “Todos Somos Património”). Vários fatores levaram a que no final do ano letivo eu tivesse reunido condições para saber que tipo de alunos e que tipo de pessoas estavam à minha frente, o que de certa forma me permitiu lidar com os alunos de forma muito positiva durante este período de estágio.

Agradeço muito às duas turmas por terem cooperado comigo ao longo deste ano e por se mostrarem sempre prestativos no preenchimento dos inquéritos para este Relatório de Estágio.

Selecionadas as turmas que iriam constituir a amostra, chegou a altura de planear e preparar os instrumentos de avaliação a ser aplicados durante o 2.º e 3.º períodos.

O próximo subcapítulo abordará o decurso desse processo.

2.3. Estudo de caso: instrumentos de recolha de dados e fases da investigação

Durante o processo da planificação desta investigação tive sempre em mente cumprir os objetivos a que me proponho, nunca sendo ambiciosa, sempre muito realista, tentando tornar viável o projeto de maneira calma e consistente.

Um dos trabalhos que foi muito útil numa fase inicial e me auxiliou na formulação de questões de partida e possibilidade de metodologia a utilizar, foi o trabalho de Alves; Ribeiro; Oliveira e Castro (2012), que abordaram o tema “Ideias de alunos sobre o “seu” passado doloroso- a Guerra Colonial Portuguesa”. Apesar de o seu trabalho ter uma problemática semelhante à minha, a abordagem e o contexto do trabalho, é diferente.

O questionário foi aplicado às duas turmas dos 9.º anos durante o 2.º e 3.º período, no dia 8 de fevereiro e 31 de maio de 2018, no início da aula (**Anexo 1.**). Antes da aplicação do inquérito por questionário tive com os alunos um breve diálogo sobre o tema abordado e as questões que este suscitava.

O inquérito foi composto por 11 questões onde pretendíamos inquirir os alunos sobre o que sabiam acerca da Guerra Colonial e com quem tinham aprendido. Os questionários incluíam 4 conceitos principais sobre a Guerra e as duas personalidades portuguesas que marcaram esse período histórico.

Para o estudo, foram escolhidos dois momentos: o primeiro momento, foi realizado numa altura em que os alunos ainda não tinham tido acesso aos conteúdos sobre esta temática, com objetivo de analisar as suas ideias tácitas ou preconceitos.

O segundo momento, foi realizado depois da leção, com intuito de confirmar a importância do processo didático na construção de ideias substantivas e consistentes sobre esta(s) temática(s).

Os alunos, numa primeira fase da investigação foi-lhes entregue o questionário sobre a Guerra Colonial, partindo do princípio que eles não tinham muita informação acerca do assunto em questão, deixando-os completamente à vontade para cometerem erros, embora tivessem tido contacto com o estudo da Guerra Colonial no 6.º ano.

Neste primeiro momento dos inquéritos, não lhes era exigido que soubessem os conteúdos aprendidos no sexto ano de escolaridade, apenas que deixassem fluir os conhecimentos sobre esta temática, sem serem pressionados. No entanto havia uma última questão onde os alunos deveriam dizer qual a fonte de informação que consideravam mais importante para as suas respostas e tinham que justificar.

Pedir a justificação de opinião dos alunos foi algo que também orientou a construção deste questionário, uma vez que pretendíamos saber o que sabem os alunos e como descrevem o seu pensamento e as suas ideias. Os alunos demoraram cerca de 50 minutos a preencher o questionário na sala de aula, um pouco mais do que o esperado. Segundo os seus comentários, o questionário estava claro, mas a dificuldade surgiu porque alguns alunos já não se lembravam e havia outros que diziam que nunca tinham ouvido falar do assunto. Neste inquérito participaram 46 alunos. Todos os questionários foram preenchidos em sala de aula, sem recorrerem ao manual ou ajuda do colega do lado, o que de certa forma contribuiu para uma maior dificuldade no seu preenchimento.

Para analisar a informação recolhida neste primeiro questionário, foi necessário organizar os dados segundo categorias. A categorização da informação foi feita segundo unidades de registo temáticas que mais à frente serão explicadas

Nesta investigação adotamos também uma metodologia qualitativa e quantitativa de análise dos conteúdos.

Depois da primeira fase da aplicação dos questionários considerou-se, oportuno aguardar pelo final do 3.º período, por ser este o momento em que íamos lecionar os conteúdos relacionados com a Guerra Colonial, no âmbito do domínio “Do segundo após-guerra aos anos 80” e subdomínio “A Guerra Fria”.

Assim, a segunda fase do mesmo questionário realizou-se na última semana de maio de 2018. Neste momento da investigação os alunos já tinham aprendido os conteúdos sobre a Guerra Colonial, o que lhes permitiu ter uma opinião fundamentada sobre os conceitos, conteúdos e personagens históricas relacionadas com a guerra.

A delimitação de etapas e objetivos foi essencial neste processo e contribuiu para a organização de todo o trabalho. Os dados recolhidos foram satisfatórios e a contribuição dos alunos foi essencial, permitindo recolher informação muito pertinente que analisaremos no próximo capítulo.

Capítulo 3. – Análise dos Resultados anteriores à leção

3.1. Resultados da 1.ª Fase do Questionário

Como foi referido anteriormente, o questionário, era constituído por onze questões, mas para a recolha de dados que respondam às questões orientadoras desta investigação apenas nos focamos nas questões 1, 2.2 e 5.1.

Na questão 1: **O que sabes sobre a Guerra Colonial**, foi muito interessante observar as ideias tácitas dos alunos acerca do tema, apesar de, a maior parte dos alunos, não saberem praticamente nada sobre a Guerra Colonial.

Nas transcrições das respostas será respeitada a ortografia dos alunos (expressões, palavras maiúsculas, minúsculas etc.) e serão apresentadas com um código atribuído de acordo com o número da questão (**Q1**) e o número respondente (**1**), assumindo pela ordem numérica do questionário.

De um modo geral, para os alunos a Guerra Colonial...

Foi uma Guerra entre as colónias e Portugal no séc. XX, começado pelo Presidente António Salazar, pois as colónias queriam a independência, mas Salazar não concedeu. (Q1.1).

Sei que foi uma guerra entre Portugal e as suas colónias de Angola e Moçambique que se deu na época da Guerra Fria. (Q1.2).

Foi uma guerra. (Q1.9).

Nada. (Q1.11).

Não sei. (Q1.15).

Foi uma guerra em Angola entre Portugal e as colonias de África. (Q1.20).

As colonias revoltaram-se contra Portugal. (Q1.41).

As transcrições das respostas dos alunos, sobre o que sabem acerca da Guerra Colonial, revelam desde já as suas ideias sobre o tema, embora não de uma forma

aprofundada, o que pode facilitar em muito o trabalho do professor se souber aproveitar as ideias tácitas dos alunos dando o mote para o maior esclarecimento e despertar o interesse nos alunos. Também serão importantes para “desmontar” alguns preconceitos sobre os conteúdos em causa.

Quanto à questão 2.2: **Quem te ensinou o significado destes conceitos**, ou **com quem aprendeste**, a esmagadora maioria deixou esta questão em branco e outros responderam que “ninguém me ensinou”, no entanto, alguns alunos responderam que foi no seio familiar onde aprenderam sobre a Guerra Colonial.

Como podemos ver, pelas transcrições alguns alunos responderam que quem lhes ensinou tais conceitos foram:

Os meus familiares. (Q2.2.1).

Vi vídeos no youtube. (Q2.2.10).

Ninguém. (Q2.2.24).

O Meu avô. (Q2.2.44).

A partir das respostas dos alunos, podemos ver que o seio familiar é muito importante para a aprendizagem dos alunos, sobretudo num tema como a Guerra Colonial que pode permitir-lhes criar uma ligação com o momento histórico através da própria família e de pessoas conhecidas que, de uma maneira diferente, lhes descrevem este acontecimento ainda recente, no qual participaram familiares de alguns alunos, contribuindo assim para uma aprendizagem significativa. Vários investigadores reforçam a importância destes interlocutores para o acesso aos conteúdos de História (por exemplo José Machado Pais na sua obra “Consciência Histórica e Identidade. Os Jovens Portugueses num contexto europeu” de 2002).

Passando para a análise dos dados recolhidos na questão 5.1: **onde aprendeste**, como era de esperar, a escola assume um lugar de destaque como sendo o lugar onde os alunos aprendem, como se pode comprovar nas transcrições das respostas dos alunos quando são confrontados com a questão onde aprendeste sobre a Guerra Colonial.

Na aula de História. (Q5.1.2).

Na escola. (Q5.1.10).

Televisão (Q5.1.13).

Nas reportagens da TV. (Q5.1.27).

No 6ºano, aulas de história. (Q5.1.29).

Em casa. (Q5.1.40).

Conversas com familiares. (Q5.1.43).

Na escola. (Q5.1.44).

Na escola e em series da televisão. (Q5.1.45).

Como podemos inferir pela análise dos resultados, a maior parte dos alunos adquiriu tais conhecimentos, embora não de uma forma consolidada, na escola, uma vez que eles abordaram esses conteúdos no seu 6.ºano de escolaridade.

É de extrema importância o papel escola-família para a formação dos alunos, uma vez que é na família que são trabalhadas as primeiras formações e na escola são consolidadas de forma sistematizada.

Em relação aos conceitos, incluídos no questionário sobre o que entendes ou o que significa para ti o Colonialismo; Províncias Ultramarinas; Movimentos de Libertação, Descolonização e figuras do Estado Novo, os alunos revelaram um profundo desconhecimento quanto a estes conceitos estudados no 6.º ano de escolaridade, o que revela algum distanciamento (ou alheamento ou esquecimento) relativamente à aprendizagem.

Vejamos o exemplo da questão 2 - **Diz o que entendes por Colonialismo.** Os alunos responderem que o Colonialismo...

É quando um país se instala noutra território, e torna-o seu para alargar o seu território. (Q2.45).

Foi ocupação das colónias em África. (Q2.3).

Colonizar outros países (colónias). (Q2.5).

Colonialismo é quando um país desenvolvido controla outro país que seja menos desenvolvido. (Q2.2).

Quanto à questão 2.1, **o que são para ti as Províncias Ultramarinas...** a esmagadora maioria dos alunos, não sabendo o que são as províncias ultramarinas, não deixaram a questão em branco e tentaram demonstrar os seus conhecimentos, como comprova o exemplo a seguir:

Províncias ultramarinas são províncias conquistadas na vida marinha. (Q2.1.13).

Não sei. (Q2.1.3).

São províncias causadas pelas Guerra do Ultramar. (Q2.1.1).

Pelo que sei as províncias Ultramarinas eram para Salazar as Colónias portuguesas. (Q2.1.2).

Passando para a questão 3 sobre **o que significam para ti os Movimentos de Libertação**, alguns alunos consideraram que

São movimentos que libertaram as pessoas injustiçadas. (Q3.13).

São movimentos de revolução. (Q3.28).

Movimentos de Paz. (Q3.4).

Liberdade. (Q3.21).

Não sei. (Q3.24).

Apesar de alguns alunos responderem que não sabiam o que significavam os Movimentos de Libertação, outros associaram imediatamente ao conceito de liberdade.

Quanto ao conceito 4, sobre **o que é para ti a Descolonização**, a maior parte dos estudantes responderam que:

A Descolonização foi altura em que deixamos de ter poder sobre as nossas colónias (Angola e Moçambique. (Q4.4).

Era a perda das colonias. (Q4.19).

Não sei. (Q4.42).

Nada, não tenho ideia. (Q4.1).

Apesar de a maior parte dos alunos, já não se lembrarem do conceito de Descolonização houve quem se atrevesse a arriscar nas respostas, uma vez que foi lhes dito inúmeras vezes para não terem medo de responder e responderem apenas o que sabem ou o que se lembravam.

Passando para a questão sobre as principais figuras históricas do Estado Novo, na questão 5, quando lhes é perguntado, **sabes quem é Salazar e Marcelo Caetano**, todos os alunos lembravam-se dessas figuras centrais do Estado Novo, no entanto a figura mais

recordada era a de António Salazar, como se pode comprovar na transcrição das respostas dos alunos:

Salazar foi um ditador desde 1933 a 1973 (penso eu), Marcelo Caetano não sei. (Q5.1).

Salazar foi um ditador e Marcelo Caetano não sei. (Q5.23).

Salazar era o ditador de Portugal e Marcelo Caetano foi quem o sucedeu. (Q5.4).

Salazar foi ministro das finanças. (Q5.46).

Eram os ditadores de Portugal. (Q5.45).

É aquele homem que fez bem, mas fez mal ao mesmo tempo. (Q5.16).

A partir dessas transcrições podemos concluir que a maior parte dos alunos, consideraram que Salazar foi um ditador, no entanto houve um aluno que tentou analisar a ação de Salazar enquanto político, mostrando-o, não de forma clara nem aprofundada. Para ele Salazar foi uma figura política que fez bem, mas também fez mal. Não sei exatamente em que sentido o aluno se referia.

A questão 6 do questionário, foi para os alunos a questão difícil, uma vez que eles no fim do preenchimento perguntavam, o que eu queria dizer sobre **qual o significado do período histórico em que Salazar esteve à frente do governo.**

Apesar de a maioria ter respondido à questão, acharam que a pergunta não estava muito clara, o que provocou imensas hesitações nas respostas, por isso alguns responderam que:

Significava a pobreza, controlo da liberdade da sociedade e descontentamento social. (Q6.2).

Estado Novo. (Q.6.45).

Não sei. (Q6.25).

A Ditadura. (Q6.20).

Altura em que Portugal esteve em ditadura. (Q6.11).

Salazarismo, entre as décadas de 50 e 70. (Q6.46).

Não sei explicar. (Q6.18).

Em relação a esta questão esperava mais dos alunos, pois este é um conteúdo que normalmente é muito aprofundado pelos professores de História, e pelas conversas com os avós ou até outros familiares.

O questionário encerrava com uma última questão, 7, sobre qual a fonte de informação que os alunos consideravam mais importante para as suas respostas.

Passando para a análise dos dados recolhidos na questão 7, foi necessário recolher a informação e organizar as fontes que os alunos consideravam mais importantes, no entanto os alunos só deveriam selecionar uma fonte, o que não aconteceu, uma vez que muito alunos consideraram mais de duas fontes para as suas respostas.

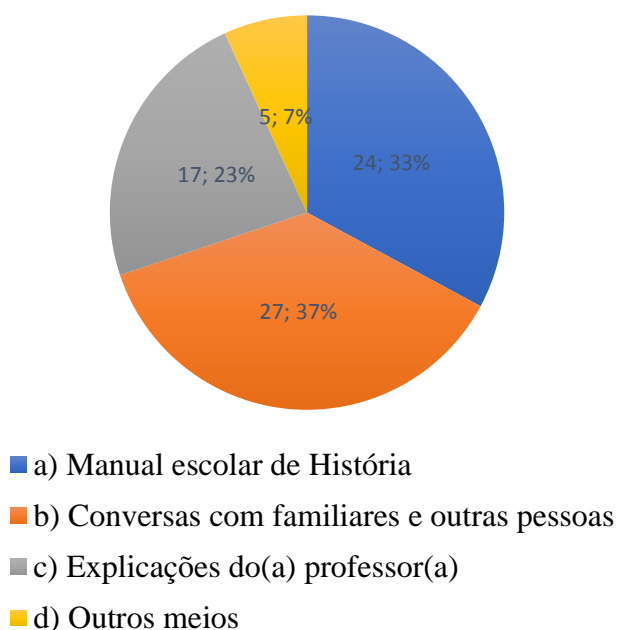
A questão foi organizada com as seguintes fontes principais:

- a) Manual escolar de História
- b) Conversas com familiares e outras pessoas
- c) Explicações do(a) professor(a)
- d) Outros meios. Quais? Justifica.

O gráfico (Gráfico 5) indica as respostas dadas pelos 46 alunos que constituíram a amostra:

Gráfico 5.

7. Qual a fonte de informação mais importante para as tuas respostas?



Passaremos então a analisar as respostas dos alunos quanto a cada uma das 4 fontes de informação para as suas respostas.

É interessante notar que a maioria dos alunos valoriza as conversas que têm com os seus familiares como sendo fonte de conhecimento. Podemos partir do princípio que eles consideram que são pessoas credíveis em determinados assuntos.

Como podemos observar pelo **gráfico 5**, cerca de 37% dos alunos considerou as conversas com os familiares e outras pessoas como sendo a sua fonte mais importante para obter informação. Como podemos ver nestas transcrições dos alunos, quando lhes é pedido para justificar as suas escolhas de fonte mais importante:

A maior parte do que sei sobre estes temas foi o meu padrinho que me contou. (Q7.2).

Eu aprendo mais se ouvir o passado dos meus familiares. (Q7.39)

No entanto, 33% dos alunos considerou o seu Manual escolar de História como a sua fonte mais importante para as suas respostas e 23% dos alunos reconheceram o papel do professor, visto que o professor é um transmissor de conhecimento e informação, como escreveu um aluno no seu questionário quando foi pedido para justificar a sua escolha.

Os professores são pessoas cultas que nos transmitem os seus conhecimentos. (Q7.10).

É importante referir que 7% dos alunos considerou outros meios como sua fonte mais importante para as suas respostas. E quando questionados sobre que meios eram esses, afirmaram que usam meios de comunicação como Televisão, Internet, Jornais, Revistas e a plataforma digital Youtube como fonte de informação. Como se pode ver nas transcrições dos questionários.

Televisão, pois vejo filmes, documentários e series sobre este tema e a conversa pois eu tenho curiosidade em aprender este tipo de coisa, porque gosto da história de Portugal e então peço as pessoas para falarem deste tema. (Q7.45).

Internet, jornais e revistas. Pois muitas vezes me interesse como eram as coisas no passado, e como vivia a minha família. (Q7.46).

De facto, essas afirmações resumem aquilo que se tem vindo a dizer sobre a relação – família e educação -e o seu papel na contribuição das aprendizagens dos alunos.

É importante salientar que dos 46 alunos que responderam ao questionário, 27 alunos consideraram que usam mais que uma fonte de informação para as suas respostas.

Capítulo 4. – O plano de aula

4.1. - A aula sobre Guerra Colonial

Numa segunda fase da investigação, foi necessário a lecionação dos conteúdos relacionados com a Guerra Colonial.

Os planos de aulas que aqui se apresentam, referem-se à aula do estudo de caso nas turmas 9.º A e 9.º B. Trata-se, nos dois casos, de uma aula de 50 minutos onde serão abordados os conteúdos relativos à Questão colonial portuguesa, mais concretamente a Guerra Colonial.

Na sequência do Despacho n.º 5908/2017, publicado em Diário da República n.º 128/2017, Série II de 2017-07-05, a Escola Secundária João Gonçalves Zarco (ESJGZ) implementou, nas turmas do 7.º ano, no ano escolar de 2017-2018, o Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular (PAFC), projeto de transversalidade e de integração de saberes e de valores, promovendo a sua aplicabilidade numa situação de estreito contacto com as necessidades reais da comunidade, e propiciando o diálogo entre a comunidade e a escola.

Assim, reorganizaram-se não só as aprendizagens essenciais, mas também a carga horária/tempos letivos de algumas das disciplinas envolvidas (2 tempos letivos semanais de **50 minutos** para Cidadania, Geografia, **História** e Oficinas da Multimédia, em simultâneo, e 1 tempo letivo semanal para Ciências Naturais, Físico-Química e TIC), permitindo o trabalho colaborativo entre os professores e as turmas envolvidas.⁸

A construção dos planos de aula deste estudo caso teve como principal preocupação obedecer a vários critérios: em primeiro lugar, preocupou-se em incorporar as orientações presentes no programa de História do 3º Ciclo do Ensino Básico, as recomendações expressas no Currículo Nacional do Ensino Básico - Competências Essenciais e ainda as Metas de Aprendizagem estabelecidas para este nível de ensino.

Os planos incorporaram o conjunto das situações de aprendizagem definidas para uma determinada aula. Funcionaram ainda como elemento orientador dos momentos de

⁸ http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/boletim/es_joao_gocalves_zarco.pdf
[consult. 2018-06-25].

aprendizagem na medida em que estabelecem todo o desenrolar da ação educativa prevista. Com efeito, esta planificação assenta num modelo didático-pedagógico de carácter construtivista onde se privilegiam a diversidade das estratégias de aprendizagem e a capacidade de o aluno agir em contexto, isto é, resolver problemas diversificados, apelando à mobilização de saberes e capacidades apropriadas ao conteúdo.

Assim, integramos nestes planos de aula os seguintes momentos: situação-problema, questões orientadoras, metas de aprendizagem, conteúdos, objetivos /indicadores de aprendizagem, estratégias de aprendizagem/recursos, motivação e avaliação. (Reigada, 2015, p.169).

Os planos de aula aqui apresentados foram construídos com o intuito de serem o instrumento principal da tarefa de lecionação e incluíram, de forma sumária, o funcionamento de cada uma das aulas decorridas. No entanto, nem tudo correu como estava previsto no plano de aula, uma vez que as aulas não são estáticas e não podem ser centradas apenas na figura do professor e sim no aluno, na turma em si. Daí pequenos ajustes que foram implementados durante a sua execução.

4.1. - As aulas sobre a Guerra Colonial

Ensinar sobre a Guerra Colonial ou sobre uma guerra qualquer, não é uma tarefa fácil. O meu grande objetivo, durante a lecionação foi sempre mostrar aos alunos a ideia de que numa guerra não há bons de um lado e maus do outro.

Ao contrário do que muitos dizem, a Guerra Colonial não é um conteúdo a lecionar como qualquer outro. Neste caso específico, é possível aceder a testemunhos dos intervenientes, o que permite abordar a construção do conhecimento histórico de uma forma “mais real”.

Domínio III: Do segundo após-guerra aos anos 80**Data:21/05/2018****Subdomínio III: A Guerra Fria****Aula: 50 min.****Sumário: A Guerra Colonial portuguesa.****Situação-problema:** Que posição tomou Portugal em relação às colónias, no após-guerra?**Situação-problema:** Para Angola, rapidamente e em força.» Salazar. 1961.**Questões orientadoras:**

- Como se desenvolveu a Guerra Colonial
- Quais foram os efeitos humanos e económicos da Guerra Colonial na metrópole e nas colónias?

Metas Curriculares**Estratégias de aprendizagem/Recursos****Avaliação**

Conteúdos/Conceitos	Objetivos Gerais/Descritores		
Os movimentos de independência das colónias	Objetivo Geral 4. Conhecer e compreender as consequências da política do Estado Novo perante o processo de descolonização do após-guerra	1.º momento: Levantar análise das atitudes dos biografados de Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Manuel Carlos da Guerra	- Observação direta da participação e interesse dos alunos no diálogo orientado;
• As consequências da Guerra Colonial para Portugal e para as colónias	Descriptor 4 – Avaliar os efeitos humanos e económicos da Guerra Colonial na metrópole e nas colónias.	2.º momento: Desenvolver quadro da aula: • Registo da análise do problema de Manuel Carlos da Guerra na rádio e na televisão no dia 3 de julho de 1972, retirado do Manual do Alameda	- Observação direta do respeito pelas regras estabelecidas e orientações fornecidas;
A Guerra Colonial metrópole	Descriptor 1 – Identificar as alterações introduzidas na política colonial do Estado Novo face ao processo de descolonização do após-guerra e ao aumento da pressão internacional.	Motivação: Recitação em Áudio de um poema de Agostinho Neto, “Adeus América Calangata” 1972, retirado do Manual do aluno. http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com_content&view=article&id=610:partida-para-o-contrato&catid=45:sagrada-esperanca&Itemid=233	- Observação direta da capacidade
Conceito: movimentos independentistas/Libertação.	Descriptor 2 – Relacionar a recusa da descolonização dos territórios não autónomos com o surgimento de	3.º momento: Realização de um debate. (20 minutos) site da Escola Virtual, intitulado por “A política colonial do	

	<p>movimentos de libertação, com a invasão do “Estado Português da Índia” e com o eclodir das três frentes da Guerra Colonial.</p> <p>Descritor 3 – Explicar o relativo isolamento internacional de Portugal nas décadas de 60 e 70.</p>	<p>Aula Nova – Atividade com dois grupos: um sobre a força da descolonização e o outro sobre a posição do governo português e o seu papel na defesa da independência colonial</p> <p>https://base.escolaviva.pt/plavet/encher/recursos/2647/1.2se=1262&seType=</p> <ul style="list-style-type: none"> • [consult. 2018-05-13]. (representação dos movimentos de libertação). Ambos os grupos devem • Reconhecerem a posição portuguesa em elaborar argumentos que defendam a sua relação ao colonialismo após a 2.ª Guerra Mundial; • Identificarem os movimentos <p>Bibliografia: Afonso, Aniceto - Os anos independentistas/ Libertação surgidos nas da guerra colonial: 1961-1975. colónias portuguesas em África; Matosinhos: Quidnovi, 2010.</p> • Relacionarem o surgimento de	<p>para pesquisar, organizar e sistematizar a informação disponível para pesquisar, organizar e sintetizar a informação disponibilizada.</p>
		<p>movimentos independentistas com a eclosão da Guerra Colonial;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Explicar o isolamento internacional de Portugal nas décadas de 60 e 70 em matéria de colonialismo. <p>3.º momento – Síntese: Registo dos conteúdos no caderno.</p> <p>Bibliografia: Afonso, Aniceto - Os anos da guerra colonial: 1961-1975. Matosinhos: Quidnovi, 2010.</p>	

Para mim, foi, de todos os conteúdos que eu lecionei neste ano letivo 2017/2018, o que mais exigiu de mim, tanto cientificamente como emocionalmente, com a grande preocupação pedagógica de transmitir a imparcialidade. Falar desta Guerra é falar de mim é falar do meu povo.

A aula foi iniciada, com o levantamento das ideias tácitas dos alunos sobre o conceito de movimentos independentistas, descolonização já abordadas em aulas anteriores, Guerra Colonial, nomeadamente o contexto histórico que estávamos a abordar, o processo de independência das colónias do após guerra aos anos 70.

Após as ideias tácitas dos alunos, com registo no quadro, foi colocado, a declamação em áudio, do poema, *Adeus à hora da largada* de Agostinho Neto, um dos

fundadores de um dos movimentos de Libertação de Angola e também primeiro presidente de Angola.

Adeus à hora da largada

Minha Mãe
(todas as mães negras
cujos filhos partiram)
tu me ensinaste a esperar
como esperaste nas horas difíceis
Mas a vida
matou em mim essa mística esperança
Eu já não espero
sou aquele por quem se espera
Sou eu minha Mãe
a esperança somos nós
os teus filhos
partidos para uma fé que alimenta a vida
Hoje
somos as crianças nuas das sanzalas do mato
os garotos sem escola a jogar a bola de trapos
nos areais ao meio-dia
somos nós mesmos
os contratados a queimar vidas nos cafezais
os homens negros ignorantes
que devem respeitar o homem branco
e temer o rico
somos os teus filhos
dos bairros de pretos
além aonde não chega a luz elétrica
os homens bêbedos a cair
abandonados ao ritmo dum batuque de morte
teus filhos
com fome
com sede
com vergonha de te chamarmos Mãe
com medo de atravessar as ruas
com medo dos homens
nós mesmos
Amanhã
entoaremos hinos à liberdade
quando comemorarmos
a data da abolição desta escravatura
Nós vamos em busca de luz

os teus filhos Mãe
(todas as mães negras cujos filhos partiram)
Vão em busca de vida.⁹

O poema que foi trabalhado durante essa aula, marca uma época onde podemos ver a independência apenas como uma utopia.

Esse poema foi analisado essencialmente com o objetivo de ajudar os alunos a perceberem a realidade dos colonizados.

A partir do poema os alunos foram questionados sobre:

- Que sentimentos estão implícitos no poema?
- Em que versos está patente a escravatura do branco sobre o negro?
- Quais as condições de vida do negro?
- Qual a esperança do autor do poema?

Os alunos mostraram-se muito recetivos ao poema e na aula mantiveram-se sempre muitos vivos e participativos. Alguns alunos trouxeram fotos dos seus familiares que participaram na guerra, o que contribuiu significativamente para esta situação.

Houve um facto curioso nesta aula: um aluno da turma 9.ªA perguntou “oh professora você não se sente mal ao ler esse poema ou ao saber que os portugueses fizeram muito mal aos negros?”

Foi uma pergunta que de certa forma me deixou um pouco pensativa. Não estava à espera que eles me fizessem uma pergunta pessoal, até porque procurei sempre ser o mais isenta possível, sem tomar partido.

Procurei responder usando uma linguagem adequada para que a mensagem fosse clara para o aluno/turma, que não, não me sinto mal, porque nós em História temos de ter a capacidade de procurar compreender o tempo dos acontecimentos, procurar compreender a mentalidade da época sem trazermos o tempo para o presente, temos de saber criar alguma distância com os factos, ser críticos.

⁹ http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com_content&view=article&id=610:partida-para-o-contrato&catid=45:sagrada-esperanca&Itemid=233

[consult. 2018-04-20].

Num segundo momento da aula, foi colocado um vídeo retirado da Escola Virtual: “A política colonial do Estado Novo face ao contexto internacional de descolonização”¹⁰, com o objetivo de ajudar os alunos a compreender como Salazar/ Estado Novo encarou o processo de descolonização, ou seja, a posição portuguesa em relação ao colonialismo após a 2.ª Guerra Mundial.

Foi apresentado aos alunos, um PowerPoint com conteúdos relacionados com os movimentos independentistas/ de libertação, surgidos nas colónias portuguesas em África, nomeadamente em Angola, Guiné e Moçambique e as sua siglas, bem como os seus principais líderes.

Na segunda e última aula, 21/05/2018, sobre a Guerra Colonial, iniciou-se o tema analisando textos com as diversas perspetivas, colonizados e colonizadores.

Estes tiveram dois objetivos, por um lado, ajudar a compreender a matéria e por outro, demonstrar os vários lados, opostos, da questão colonial.

Os vários materiais utilizados deram conhecimentos sobre o tempo, o espaço, factos e personalidades que têm as suas crenças e motivações. Os recursos selecionados foram:

- Biografias de Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Marcello Caetano permitindo assim aos alunos o conhecimento de personagens fulcrais nas questões coloniais, com o intuito de os ajudar a compreender as suas motivações e ações.

Foi dada especial atenção a factos mais relevantes da vida destes homens, destacando sempre a singularidade de cada um e o contexto onde se inseriram.

Durante o desenvolvimento da aula foi lido e analisado o discurso de Marcello Caetano.

- “Angola, Moçambique e Guiné são províncias de Portugal. Os seus habitantes, pretos ou brancos, são Portugueses. As perturbações de ordem interna, as violências lá produzidas, as agressões por guerrilhas vindas do exterior têm de ser reprimidas pelos Portugueses. De vez em quando, amigos estrangeiros aconselham-nos a negociar. E

¹⁰ <https://lmsev.escolavirtual.pt/playerteacher/resource/2647/L?se=1262&seType=>
[consult. 2018-05-13].

já cá dentro se escutaram vozes nesse sentido. [...] Uma tal negociação equivaleria à capitulação [...].

Não, minhas senhoras e meus senhores, não, queridos amigos que me escutais! Não podemos abandonar as terras portuguesas do ultramar e os nossos irmãos que nelas vivem e nelas construíram os seus lares e forjaram os seus destinos.”¹¹

Com o objetivo de contrapor, foi apresentado um texto de Amílcar Cabral sobre a dominação colonial portuguesa:

- “Onze milhões de africanos estão submetidos à dominação colonial portuguesa [...] A sua situação é de servos no seu próprio país. [...] 99,7% da população africana de Angola, Guiné e Moçambique é considerada «não civilizada» pelas leis coloniais portuguesas e 0,3% é considerada «assimilada». Para que uma pessoa «não civilizada» obtenha o estatuto de «assimilada» tem de fazer prova de estabilidade económica [...], viver à europeia, pagar impostos, cumprir o serviço militar e saber ler e escrever corretamente o português. Se os portugueses tivessem de preencher estas condições, mais de 50% não teria do estatuto de «civilizado»”.¹²

A utilização e análise destes recursos na aula, permitiu que os alunos reconhecessem as motivações das pessoas do passado, no que diz respeito à defesa ou não, da manutenção das colónias africanas. A análise dos dois discursos, de lados opostos à manutenção colonial, ajuda os alunos a perceberem diferentes perspetivas no mesmo contexto.

A diversidade de recursos apresentados permite que os alunos tenham uma visão alargada e o mais aproximado possível, daquilo que foi a vida colonial, permitindo entender as opções do passado, as crenças da época, os valores de cada personalidade histórica e a multiplicidade de acontecimentos.

Ao nível dos recursos, para dar uma maior diversidade, procurou-se também mostrar o testemunho de um ex-combatente que relatou o período em que esteve na guerra.

“A «mata» era isto: por vezes aberta, por vezes cerrada. Não há pontos de referência; apenas mosquitos que entram pelos olhos, pelo nariz, pela boca. Apenas a sede, o suor, os camaradas ao lado ou atrás e à frente, «na bicha de piralau». De repente, os tiros de PPSH, de Kalash, as cubatas da base inimiga!

¹¹ Marcello Caetano na rádio e na televisão no dia 3 de julho de 1972. Retirado do Manual do aluno, Missão: História, p.154.

¹² Amílcar Cabral (líder do movimento de independência da Guiné e Cabo Verde), *Obras Escolhidas*, 1972. Retirado do Manual do aluno, História nove, p.157.

O ruído dos estampidos, o silêncio que se segue... os gemidos. Porra! O heli nunca mais chega para evacuar os feridos!

Onde é que estamos? Nas matas do **Norte de Angola e de Moçambique**, nas chanas do Leste de Angola, nas florestas virgens do Mayombe, nos «tarrafos» pantanosos da **Guiné**, na aridez semidesértica de Tete - em qualquer lado, mas sempre a milhares de quilómetros do lugar onde todos gostariam de estar!” (Depoimento de Carlos Matos, soldado, inserto, In. Rosas; Couto, 2011, p.116).

O objetivo principal deste testemunho é mostrar aos alunos como se desenvolveu a Guerra Colonial, enfatizando assim as três frentes da batalha, no sentido de captar mais ainda o interesse dos alunos.

Com base nos discursos de Marcelo Caetano e de Amílcar Cabral, foi proposto um debate à turma. Todos os alunos mostraram-se logo, recetivos, entusiasmados, eufóricos.

A turma foi dividida em dois grupos: um grupo defendeu a manutenção das colónias do Ultramar e outro, defendeu o início do processo de descolonização. Foi explicado que cada grupo devia, com base na matéria lecionada nas aulas anteriores, bem como, com os recursos acima referenciados, defender a sua posição.

Através desta atividade, e com base nas intervenções dos alunos, tornou-se possível avaliar, a compreensão do conteúdo lecionado e se os alunos conseguiram compreender as motivações de ambos os lados da Guerra Colonial. Através do debate, os alunos, foram capazes de defender a sua posição. Por outro lado, a realização do debate, facilitou a elaboração das narrativas para uma colega minha do estágio que fez um trabalho sobre a empatia. Os alunos que não acabaram, entregaram na aula seguinte. Na realização das narrativas os alunos foram livres de defender a sua posição no que diz respeito à questão colonial, manifestando, ou não, empatia.

Durante estas duas aulas sobre a Guerra Colonial, a recetividade dos alunos foi muito boa, sobretudo quando viram fotografias da época do avô de uma das colegas da turma que esteve no Ultramar e quando lhes propus fazer um debate, permitindo-lhes criar uma ligação com o momento histórico através da própria família.

Como se pode verificar, a partir dos planos de aulas, procurei sempre selecionar recursos e atividades que se aproximem o mais possível da realidade retratada, como o

vídeo da escola virtual, onde aparecem as imagens de Salazar em preto e branco proferindo discursos anticoloniais, mostrando assim a sua intransigência.

Mostrei fundamentalmente as motivações das partes envolvidas, sem tomar partido, para que os alunos pudessem desenvolver o seu espírito crítico e, assim, apresentarem a sua visão fundamentada sobre os acontecimentos.

A partir do debate em sala de aula, muitos dos alunos assumiram com grande facilidade as “dores” dos povos colonizados pelos portugueses, e acabaram por ficar curiosos sobre as tradições africanas. Sem querer, nunca foi o meu objetivo, tornei-me o “centro das atenções”, com os alunos a querer saber como era viver em África/Angola, inclusive a minha orientadora de estágio.

Capítulo 5. - Análise dos Resultados posteriores à lecionação

5.1. - Resultados da 2.^a Fase do Questionário

Após a lecionação dos conteúdos sobre a Guerra Colonial, foi necessário desenvolver o mesmo questionário e entregar aos alunos com objetivo de analisar se de facto houve ou não um processo de ensino e aprendizagem.

Como já foi referido anteriormente, o questionário, foi constituído por onze questões e respondido por 46 alunos, no entanto para a recolha de dados que respondiam às questões orientadoras da investigação, focamo-nos apenas nas questões 1, 2.2 e 5.1., sobre o que aprenderam com este processo didático.

Esta segunda fase do questionário foi realizada a 31 de maio de 2018. Os dados recolhidos foram bastantes satisfatórios e a contribuição dos alunos foi essencial, permitindo recolher informação muito pertinente, como podemos observar na questão 1.

O que sabes sobre a Guerra Colonial?

A Guerra Colonial foi um período onde as colónias pretendiam alcançar a independência e Portugal não apoiava. Assim vários conflitos entre Portugal e colónias deflagraram. (Q1.1).

Foi uma Guerra entre Portugal e as suas colónias portuguesas, também conhecida por Guerra do Ultramar, em que as colónias lutaram pela sua independência. (Q1.23).

Foi uma guerra entre Portugal e as 3 frentes (Angola, guine e Moçambique), que durou até 1974 e terminou com o 25 de abril, onde as colónias portuguesas reconheceram a sua independência. (Q1.22).

A Guerra Colonial foi a guerra entre Portugal e as suas colónias pois as colónias queriam a sua independência e Portugal não queria perder as suas colónias. (Q1.18).

A Guerra Colonial surge devido à necessidade de os Africanos obterem a sua autodeterminação liberdade, aquisição de direitos individuais. Guerra travada entre Colonizados e colonizadores. (Q1.44).

A partir das transcrições das respostas dos alunos, é possível observar, comparando com os dados anteriores, que houve um processo de aprendizagem. A maior parte dos alunos respondeu de uma forma mais consistente sobre a Guerra Colonial.

Quanto aos conceitos, incluídos no questionário, já referidos anteriormente, sobre o que entendes ou o que significa para ti o Colonialismo, Províncias Ultramarinas; Movimentos de Libertação, Descolonização e figuras do Estado Novo, os alunos conseguiram transmitir as suas respostas, embora não de uma forma aprofundada como se estava à espera. No entanto agradeço profundamente os seus esforços no preenchimento do questionário.

Segundo os alunos o preenchimento dos conceitos era difícil porque não tinha havido uma preparação antes, como fazem para os testes de avaliação, contudo nenhum deles deixou as questões por responder como é possível verificar nestes exemplos, quando questionados sobre o que entendem por **Colonialismo**:

O Colonialismo é uma relação de domínio e posse territorial e material de um território (colonizador) para com o outro (colonizado). (Q2.44).

Colonialismo é uma política imperialista no âmbito de um país desenvolvido governar e outros países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. (Q2.13).

É ato de colonização que foi feito por Portugal com Angola e outros países. (Q2.6).

Colonialismo é a possessão de vários territórios fora do país. Era praticado pelas Europeus (colonizadores). (Q2.1).

Quanto ao conceito de **Províncias Ultramarinas**, foi a questão que melhor foi desenvolvida pelos alunos. A análise dos resultados mostra-nos uma clara superioridade de consistência em relação aos demais conceitos incluídos no questionário.

Se esse questionário tivesse funcionado como uma ficha de avaliação sumativa, todos os alunos teriam tido a pontuação máxima nesta questão sobre as Províncias Ultramarinas, como é comprovado com estes excertos das respostas dos alunos na questão 2.1.

As Províncias Ultramarinas são designações que surgiram após a ONU exigir a autodeterminação dos povos que Portugal utilizou para afirmar que as colónias eram parte de Portugal. (Q2.1.1).

As Províncias Ultramarinas é uma designação que mais tarde foi dada as colónias pois Salazar dizia que não tinha colónias e deu-lhe essa designação. (Q2.1.42).

Províncias Ultramarinas são o nome que Salazar deu ás colónias para tentar enganar a ONU, pois a ONU não permitia os países-membros que tivessem colónias. (Q2.1.2).

Províncias Ultramarinas são uma designação que Salazar utilizou para afirmar que as colónias eram também parte de Portugal. (Q2.1.19).

Para mim Províncias Ultramarinas, eram territórios considerados pelo Estado Novo, portugueses, mas localizados em outros territórios continentes. (Q2.1.13).

Em relação aos **movimentos de libertação** / independentistas, a maior parte dos alunos explica que são movimentos revolucionários ou partidos políticos coloniais, como se pode notar nas transcrições feitas:

Os Movimentos de libertação são partidos que lutavam pela independência das colónias. (Q3.34).

Os movimentos de libertação são movimentos de liberdade ou de independência tidas pelas pessoas que estavam nas colónias. (Q3.42).

São movimentos de independência realizados pelos países colonizados em prol da sua descolonização. (Q3.13).

São MPLA, FNLA, UNITA, etc.... (Q3.18).

Ao longo do preenchimento do questionário, os alunos quando se depararam com a questão 4, referente à **descolonização**, conteúdo anteriormente já lecionado quando vimos o aumento das ideias anticolonialistas no pós-guerra, procuraram de imediato associar este conceito ao conceito de liberdade, de independência, de autonomia.

Descolonização foi um processo que fez com que as colónias alcançassem a liberdade. (Q4.20).

A descolonização trata-se do momento em que os países colonizados passaram a ser autónomos (deixando de ser colónias). (Q4.3).

Quando as colónias conseguiram libertar-se, (ser livres/ independentes), dos países colonizadores. (Q4.16).

Para mim a descolonização foi processo de libertação e independência por parte das colónias. (Q4.42).

Foi o ato realizados pelos países colonizadores, de libertarem e abandonarem a governação dos países colonizados. (Q4.13).

foi um processo de uma certa forma violento que conduziu à libertação destas colónias. As colónias passaram a ser independentes. (Q4.44).

É impossível falar dessa temática sem nos centrarmos nas grandes figuras que marcaram esse período histórico, por isso uma das perguntas, 5, era com o intuito de saber se os alunos sabiam quem tinha sido **Salazar e Marcelo Caetano**, os grandes líderes que marcaram esse tempo.

Nessa altura os alunos já tinham lecionado os conteúdos relacionados com o Estado Novo, onde a figura de Salazar é central e principalmente quando é abordado sobre a sua política colonial, o que de certa forma, os deixou mais à vontade para responder a esta questão, ou seja já tinham tido bases suficientes.

Se no primeiro questionário, os alunos consideravam Salazar apenas como o ditador e desconheciam quem tinha sido Marcelo Caetano, neste novo questionário as respostas mudam, e isso foi um dos principais motivos desta investigação, acrescentar, consolidar as aprendizagens e conhecimentos históricos dos alunos, procurando ver de que forma o processo de ensino e aprendizagem influencia as ideias sobre determinados conteúdos.

Por isso, quando foram questionados não hesitaram em responder que

António Oliveira Salazar teve o cargo de Primeiro-Ministro entre 1933 e 1968 e Marcelo Caetano foi o seu sucessor até 1974. (Q5.23).

Salazar era ditador e Primeiro Ministro e o Marcelo foi o que lhe sucedeu depois da sua morte. (Q5.41).

Salazar é primeiro ministro e era ditador fascista Marcelo substitui o lugar de Salazar e também não queria que as colónias sejam descolonizadas. (Q5.42).

Salazar é a pessoa quem colonizou os territórios de África e o Marcelo Caetano é a pessoa quem substitui o Salazar. (Q5.9).

Quanto à questão, 6, **Qual o significado do período histórico em que Salazar esteve à frente do governo**, que anteriormente os alunos consideraram como a mais difícil do questionário, e onde muitos dos alunos diziam que não sabiam o que lhes era pedido nesta questão, argumentando que não estava muito clara, verificou-se que, após a leção, os alunos conseguiram responder a esta questão sem interrogações ou hesitações, como é possível observar através da análise dos resultados que se seguem.

A esmagadora maioria dos alunos respondeu que esse período significou um período de Ditadura, de insegurança, de falta de liberdade:

O período histórico em que Salazar esteve na frente do governo corresponde ao Salazarismo/Ditadura Portuguesa. (Q6.34).

Significou uma opressão e isolamento de Portugal. Que se caracterizou pela tortura e perseguição. - Ditadura. (Q6.44).

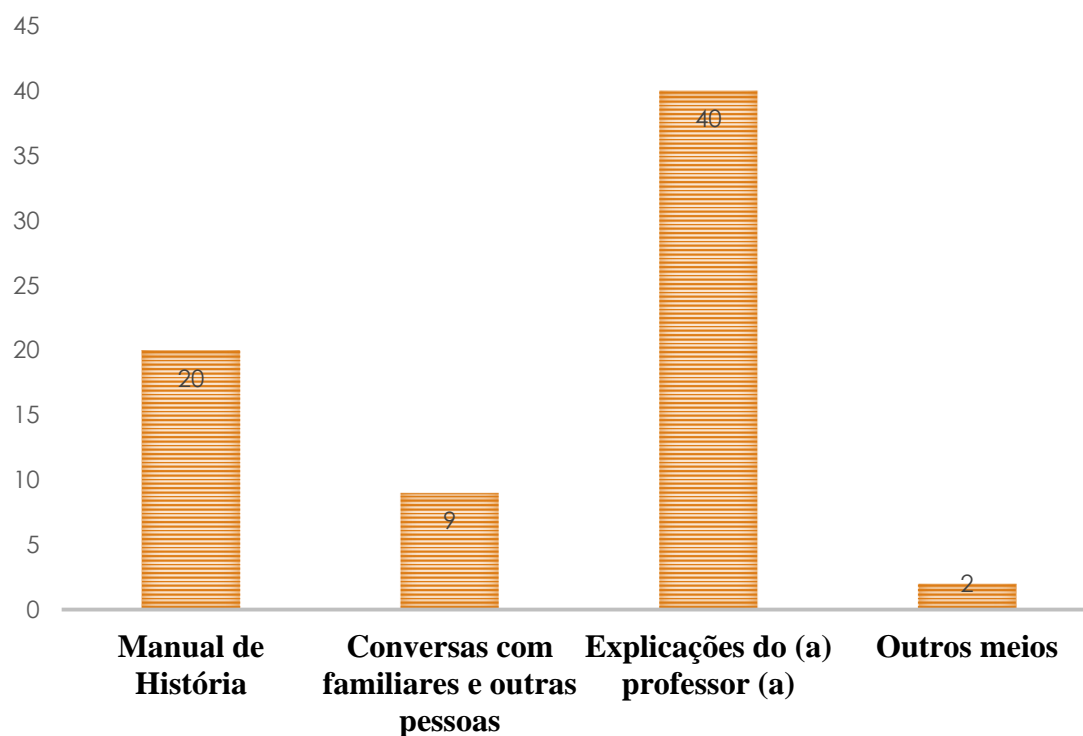
foi um período ditatorial em que não havia liberdade em Portugal, um período (na minha opinião) de terror em Portugal. (Q6.23).

O período histórico em que o Salazar esteve à frente tem o significado de criação do Estado Novo. (Q6.9).

O questionário encerrou com uma última questão, 7, **sobre qual a fonte de informação que os alunos consideravam mais importante para as suas respostas**. Como já foi dito anteriormente, achou-se pertinente voltar a analisar as respostas dos alunos quanto a esta questão. Para meu espanto, houve mudanças drásticas nos resultados.

Gráfico 6

7.Qual a fonte de informação mais importante para as tuas respostas?



Com base na análise dos resultados do gráfico 6, podemos ver que houve uma grande mudança nas respostas dos alunos. Quando questionados sobre qual a fonte de informação que eles consideravam mais importante para as suas respostas comparativamente ao gráfico, 5, anterior à lecionação dos conteúdos sobre a Guerra Colonial, verificou-se agora, após a lecionação dos conteúdos, que a esmagadora maioria dos alunos, 40, enfatizaram o grande papel do professor no ensino e na aprendizagem.

Quando lhes foi pedido para justificarem a sua fonte principal de informação, afirmaram:

Pois eu percebo muito melhor se for uma professora que percebe do assunto do que um manual que não responde, às vezes, a todas as perguntas que o aluno poderá ter sobre a matéria. (Q7.18).

As professoras explicam bem, por isso as suas explicações foram uma grande ajuda.
(Q7.12).

Pois eu estudo pouco em casa e quase tudo o que aprendo é o que os professores dizem.
(Q7.6).

A professora explicou muito bem fazendo-nos perceber a matéria. (Q7.25).

A diversidade de opiniões/ justificações relativamente à explicação do professor faz-nos refletir sobre o impacto da figura do (a) professor (a) nos processos de aprendizagem dos alunos.

Na leitura no gráfico, podemos ver que também o Manual de História, 20 respostas, ocupa um lugar fundamental como fonte importante na pesquisa de informação por parte dos alunos. É de realçar que 31 dos alunos considerou mais do que uma fonte de informação, e houve mesmo alunos que destacaram três fontes, no entanto não deixaram de justificar o porquê das suas escolhas, como podemos observar nas transcrições.

Todas porque todas as opções formam-nos e fortalecem as nossas informações.
(Q7.32).

Todas foram importantes apesar de ter aprofundado o tema no manual escolar de história. (Q7.44).

Comparativamente, com o gráfico, 5, anterior, onde as conversas com familiares e outras pessoas tinha assumido um grande destaque, ou seja, a maior parte dos alunos tinha considerado como a sua fonte de informação mais importante, nota-se agora alguma alteração. Contudo, neste questionário, ainda 9 alunos continuam a considerar como uma fonte muito importante (sem por em causa, claro, os ensinamentos da escola) como afirmou este aluno.

A maioria das informações foram-me dadas em casa, mas aprofundei muito mais os meus conhecimentos nas aulas de história. (Q7.43).

Segundo o gráfico 6, as opções por outros meios continuam com valor inferior, isto é, apenas dois alunos, num grupo de 46, consideraram que a sua única fonte de informação são as séries de TV, filmes e documentários como relata este aluno.

Assistir documentários de história. Como interesse-me pela História mundial, várias vezes pesquiso informações históricas em diversos locais. (Q7.13).

Durante o preenchimento do questionário, era visível a preocupação dos alunos em não deixar nenhuma questão em branco. São alunos que gostavam de acertar nas respostas, competindo mesmo uns com os outros. Os alunos encararam essa tarefa como se fosse um teste de avaliação sumativa. Eram alunos ambiciosos.

Considerações finais

“Não houve descolonização nenhuma, o que houve foi os comunistas portugueses, a entregar Moçambique aos comunistas moçambicanos, Angola aos comunistas Angolanos e o mesmo com

os restantes territórios ultramarinos, tudo sob a tutela dos comunistas soviéticos, que afinal também tinham colónias, como depois se viu com o fim da URSS”¹³

Sendo um relatório de estágio inserido no Mestrado em Ensino de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário, é necessário que haja sobretudo uma reflexão crítica.

Ensinar a Guerra Colonial não é uma tarefa fácil, convém refletir seriamente na importância desta temática para o professor da disciplina de História visto que ainda existe muito por desvendar, por refletir e por falar. A sala de aula de História deve ser vista como a aula onde o aluno deve ser estimulado à crítica do passado, permitindo assim a construção do conhecimento histórico.

É necessário que haja da parte do professor uma preocupação didática para este ou outros temas, é necessário que os alunos conheçam as várias perspetivas em História, principalmente em temas como Guerras.

Este estudo apresenta algumas limitações e suscitou questões que em trabalhos futuros pretendo explorar. Seria interessante estender a amostra a todas turmas do 9.º ano da Escola Secundaria João Gonçalves Zarco e analisar mais detalhadamente as ideias tácitas de todos os alunos; de igual maneira realizar o mesmo estudo nas escolas de Angola e, se possível, tentar perceber como os alunos angolanos veem os europeus, neste caso portugueses. Foi curioso notar, que durante as aulas sobre a Guerra Colonial os alunos nunca definiram o nome dos povos, angolanos, moçambicanos, guineenses, limitavam-se em referir como os “africanos”.

Em estudos futuros pretendo seriamente seguir esta linha de investigação, quem sabe também com alunos Moçambicanos e Guineenses.

Esta investigação tem acima de tudo o objetivo geral de reconhecer a importância histórica da guerra colonial a partir da perspetiva dos estudantes portugueses, valorizando assim, a memória da guerra colonial contra o seu apagamento na memória social portuguesa.

¹³ <http://nonas-nonas.blogspot.it/2008/09/ricardo-saavedra-ou-o-7-de-setembro-por.html>

[consult. 2018-09-20].

Este relatório não teve um caminho fácil, como em qualquer relatório houve falhas, a ideia inicial era estender o questionário sobre a Guerra Colonial a duas turmas do 9.º ano lecionada por outra professora de História, mas por razões que nos ultrapassam, não foi possível ser realizado por estas turmas.

Provavelmente, este relatório de estágio podia ter sido feito de várias formas, através de outros tipos de análises. Decidiu-se trabalhar com duas turmas dos 9.º anos de escolaridade, devido ao programa da disciplina, onde se abordam conteúdos sobre a Guerra Colonial. Contudo este trabalho também podia ser realizado no 12.º ano de escolaridade, pela mesma razão.

Abordar a Guerra Colonial, ou qualquer guerra que seja, não é, e nunca foi fácil. Para mim particularmente, não foi porque sempre me questioneei em relação a essa temática.

Como ensinar a Guerra Colonial aos meus alunos sem mostrar o que sinto, sem tomar partido? “Sem induzi-los a pensar que coitados dos africanos estavam a sofrer” porque quando lhes foi mostrado o poema da hora largada do Agostinho Neto, foi assim que a turma pensou, ao ponto de me questionarem sobre “o que eu sentia em relação a tudo isso que passou”.

Durante as aulas foram abordados vários recursos, que permitiram aos alunos ter uma visão ampla do tema em estudo com o objetivo de tomar uma posição e experienciar uma ligação afetiva à situação em causa. O ensino da História tem vindo a caminhar para uma maior preocupação para que o aluno compreenda a História, “que se envolva” com ela, e não tanto que a “saiba debitar”.

Ao refletir sobre esta temática, e durante a preparação do plano, observei que a maior parte dos manuais escolares abordavam este conteúdo de uma forma muito superficial, destacando apenas as causas e as consequências da guerra na Metrópole e havendo uma total ausência das consequências da guerra nas ex colónias.

Na minha opinião, as editoras dos manuais escolar deviam dar a mesma importância à Guerra Colonial, como quando se trata da Primeira ou da Segunda Guerra Mundial. Os manuais escolares que eu utilizei para construir o plano de aula e mesmo o manual adotado pela escola secundária João Gonçalves Zarco em Matosinhos, “História nove”, abordam a Guerra Colonial de uma forma reducionista.

A Guerra Colonial é a nossa guerra, é preciso criar nos alunos essa consciência histórica, não se trata apenas de uma guerra onde os portugueses lutaram contra os africanos e vice-versa. É uma guerra onde até hoje são visíveis as suas consequências, principalmente nos ex-militares.

Se verificarmos com atenção, os manuais escolares têm uma visão Eurocentrista, limitando-se a abordar as consequências da guerra para Portugal. É necessário que haja imparcialidade. Não foi apenas Portugal que sofreu com a guerra, com as mortes dos seus militares, com os feridos ou as famílias separadas. É preciso ver que ambos os lados sofreram as consequências. Os manuais não abordam que uma das consequências da guerra se vê no estado em que se encontram hoje as ex-colônias africanas que muitas delas acabaram por enfrentar uma guerra civil que durou anos, como o caso de Angola, guerra essa resultado de mau processo de descolonização.

Muitos dos alunos jovens têm familiares que participaram nesta guerra, o que de certa forma ajudou na lecionação deste conteúdo, uma vez que permitiu uma maior participação por parte deles e constituiu um grande fator de motivação. No entanto é preciso abordar o assunto de uma forma mais consistente com o objetivo de criar nos alunos um espírito crítico.

Esta investigação alcançou, de facto, alguns dos objetivos propostos. Muitos dos alunos diziam que “a maioria das informações me foram dadas em casa, mas, aprofundaram muito mais os seus conhecimentos nas aulas de História.”

Termino a conclusão com a citação acima mencionada, e concordo plenamente com ela: o processo de descolonização em África foi feita de uma forma desorganizada e sobretudo foi um jogo de interesses das superpotências.

Referências bibliográficas

-AFONSO, Aniceto; GOMES Carlos de Matos, (2010). Os anos da Guerra Colonial: 1961-1975. Matosinhos: Quidnovi,

- ALVES, L.; RIBEIRO, C.P.; OLIVEIRA, R. & CASTRO, L. (2012). Ideias de alunos sobre o “seu passado doloroso- a Guerra Colonial Portuguesa. Em [RE] CONSTRUINDO O PASSADO: O papel insubstituível do ensino da história, pp. 11-44.
- AMARAL, Cláudia; ALVES, Bárbara; TADEU, Tiago, (2018). Missão: História. Porto Editora. P.154.
- COUTO, Célia, Pinto; ROSAS, Maria, Antónia, (2011). O tempo da História 2.^a parte. Porto Editora. P.116.
- DINIZ, Maria, Emília; TAVARES, Adérito; CALDEIRA, Arlindo, M.; HENRIQUES, Raquel, P. (2018). História nove. Raiz Editora. P.157.
- LIMA, João Torres, (2018). De Leiria à Gabela: memórias de um soldado da guerra colonial (1971-1974). Porto: CITCEM-Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória/Afrontamento.
- REIGADA, Tiago, (2015). Ensinar com a sétima arte: o espaço do cinema na didática da história. Porto: CITCEM-Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.
- RIBEIRO, Margarida, Calafate, (2017). As voltas do passado. Lisboa: Tinta- da- China.

Webgrafia:

- RIBEIRO, Margarida, Calafate, (2017). Cartografia afro-lusa de Cultura, Língua e Artes Descolonização.

Acedido de:

https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/48495/1/Descolonização_Cartografia%20a%20fro-lusa.pdf [consult. 2018-09-22].

- VECCHI, Roberto, (2016). Os fins do tempo do fim: descolonização, negação, pertença.

Acedido de:

<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/35446/1/Os%20fins%20do%20tempo%20do%20fim%20Descoloniza%C3%A7%C3%A3o%20c%20nega%C3%A7%C3%A3o%20c%20perten%C3%A7a.pdf>. [consult. 2018-07-25].

- Newsletter “Memoirs” (Vários números):

http://memoirs.ces.uc.pt/index.php?id=14991&id_lingua=1&pag=14993

[consult. 2018-07-25].

http://memoirs.ces.uc.pt/index.php?id=14991&id_lingua=1&pag=14997

[consult. 2018-07-25].

-Recensão da obra de Ricardo Saavedra, Aqui Moçambique livre.

<http://nonas-nonas.blogspot.com/2008/09/ricardo-saavedra-ou-o-7-de-setembro-por.html> [consult. 2018-09-20].

Site da Escola João Gonçalves Zarco:

http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/boletim/es_joao_gocalves_zarco.pdf

[consult. 2018-06-25].

Site da Fundação António Agostinho Neto:

http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com_content&view=article&id=610:partida-para-o-contrato&catid=45:sagrada-esperanca&Itemid=233

[consult. 2018-04-20].

-“A política colonial do Estado Novo face ao contexto internacional de descolonização”

<https://lmsev.escolavirtual.pt/playerteacher/resource/2647/L?se=1262&seType=>

[consult. 2018-05-13].

Anexos

Anexo 1- questionário



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

Para a realização de um estudo sobre a perspetiva Histórica dos alunos portugueses sobre a Guerra Colonial, professora estagiária do Mestrado em Ensino de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, orientada pelo docente Luís Alberto Marques Alves, necessitava que o questionário seguinte fosse respondido por alunos do 9º ano.

Colonialismo, Províncias Ultramarinas, Salazar, Marcelo Caetano, Movimentos de Libertação, Descolonização Que sabes e com quem aprendeste?

1. O que sabes sobre a Guerra Colonial?

1.1. Onde obtiveste a informação?

2. Diz o que entendes por Colonialismo.

2.1. O que é para ti as Províncias Ultramarinas?

2.2. Quem te ensinou o significado destes conceitos?

3. O que significa para ti Movimentos de Libertação?

4. O que foi para ti a Descolonização?

5. Sabes quem é Salazar e o Marcelo Caetano?

5.1. Onde aprendeste?

6. Qual o significado do período histórico em que Salazar esteve à frente do governo?

7. Qual a fonte de informação mais importante para as tuas respostas?

a) manual escolar de História ☐

b) conversas com familiares e outras pessoas ☐

c) explicações do(a) professor(a) ☐

d) outros meios. Quais?

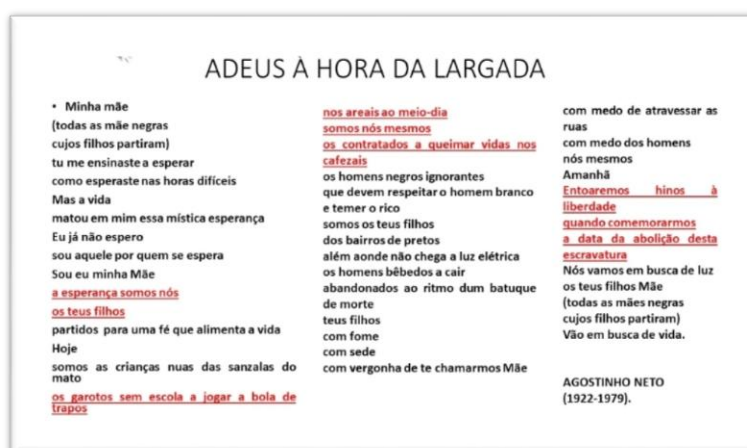
Justifica a opção:

Muito obrigado pelo teu contributo!

Anexo 2- Diapositivo: Sumário: A questão Colonial.



Anexo 3 - Diapositivo: Poema de Agostinho Neto



Anexo 4 – Diapositivo: Como Salazar encarou o processo de Descolonização- vídeo

A questão colonial portuguesa

- <https://lmsev.escolavirtual.pt/playerteacher/resource/2647/L?se=1262&seType=>

Anexo 5 e 6 – Diapositivo: Leitura de documento sobre a questão colonial: As diferentes perspetivas, utilizadas para o debate.



- “Angola, Moçambique e Guiné são províncias de Portugal. Os seus habitantes, pretos ou brancos, são Portugueses. As perturbações de ordem interna, as violências lá produzidas, as agressões por guerrilhas vindas do exterior têm de ser reprimidas pelos Portugueses. De vez em quando, amigos estrangeiro aconselham-nos a negociar. E já cá dentro se escutam vozes nesse sentido. [...] Uma tal negociação equivaleria à capitulação [...].

Não, minhas senhoras e meus senhores, não, querido: amigos que me escutais! Não podemos abandonar as terras portuguesas do ultramar e os nossos irmãos que nelas vivem e nelas construíram os seus lares e forjaram os seus destinos.”

- Discurso de Marcello Caetano na rádio e na televisão em 3 de julho de 1972



Doc.5 A dominação colonial portuguesa

- Onze milhões de africanos estão submetidos à dominação colonial portuguesa [...] A sua situação é de servos no seu próprio país. [...] 99,7% da população africana de Angola, Guiné e Moçambique é considerada «não civilizada» pelas leis coloniais portuguesas e 0,3% é considerada «assimilada». Para que uma pessoa «não civilizada» obtenha o estatuto de «assimilada» tem de fazer prova de estabilidade económica [...], viver à europeia, pagar impostos, cumprir o serviço militar e saber ler e escrever corretamente o português. Se os portugueses tivessem de preencher estas condições, mais de 50% não teria do estatuto de «civilizado».

Amílcar Cabral (líder do movimento de independência da Guiné e Cabo Verde), Obras Escolhidas, 1972.

Anexo 7 – Diapositivo: A Guerra Colonial



Como se desenvolveu a Guerra Colonial?

Anexo 8 – Diapositivo: Os movimentos de libertação



Anexo 9 – Diapositivo: Testemunho de um Soldado português que combateu em três frentes de guerra.



Testemunho de um Soldado português

"A «mata» era isto: por vezes aberta, por vezes cerrada. Não há pontos de referência; apenas mosquitos que entram pelos olhos, pelo nariz, pela boca. Apenas a sede, o suor, os camaradas ao lado ou atrás e à frente, na «bicha de piraleu». De repente, os tiros de PPSH, de Kalash, as cubatas da base inimiga! O ruído dos estampidos, o silêncio que se segue... os gemidos. Porra! O heli nunca mais chega para evacuar os feridos!"

Onde é que estamos? Nas matas do Norte de Angola e de Moçambique, nas chanas do Leste de Angola, nas florestas virgens do Mayombe, nos «tarrafos» pantanosos da Guiné, na aridez semidesértica de Tete - em qualquer lado, mas sempre a milhares de quilómetros do lugar onde todos gostariam de estar!"

Anexo 10 – Diapositivo: Os efeitos da Guerra Colonial

Os efeitos da Guerra Colonial

- Portugal envolveu-se numa longa Guerra Colonial em três frentes (Angola, Guiné e Moçambique), que se prolongaria até 1974, com a queda do regime.
- Esta guerra aumentou o isolamento internacional do regime, o descontentamento da população e a ruína da economia.
- As perdas humanas, do lado português, atingiram cerca de 8300 mortos e mais de 15 mil feridos.
- O arrastamento destas guerras contribuiu decisivamente para a queda do regime em 1974. Após a Revolução de 25 de Abril, as colónias portuguesas viram reconhecida a sua independência.